

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	68
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	32.774
Preferenciais	0
Total	32.774
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	303.092	393.449
1.01	Ativo Circulante	422	717
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	416	711
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6	6
1.01.08.03	Outros	6	6
1.02	Ativo Não Circulante	302.670	392.732
1.02.02	Investimentos	302.652	392.713
1.02.02.01	Participações Societárias	302.652	392.713
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	302.652	392.713
1.02.03	Imobilizado	18	19
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	18	19

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	303.092	393.449
2.01	Passivo Circulante	1.675.774	1.575.311
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	36	11
2.01.01.01	Obrigações Sociais	36	11
2.01.01.01.01	Folha de Pagamento	36	0
2.01.02	Fornecedores	4	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	66	1
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	66	1
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	66	1
2.01.05	Outras Obrigações	3.671	661
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	661	661
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	661	661
2.01.05.02	Outros	3.010	0
2.01.05.02.04	Outros Credores	3.010	0
2.01.06	Provisões	1.671.997	1.574.638
2.01.06.02	Outras Provisões	1.671.997	1.574.638
2.01.06.02.04	Provisão p/Desvalorização das Particip. em Controladas	1.671.997	1.574.638
2.02	Passivo Não Circulante	117.304	112.084
2.02.02	Outras Obrigações	117.160	112.000
2.02.02.02	Outros	117.160	112.000
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	112.000	112.000
2.02.02.02.04	Outros Credores	5.160	0
2.02.04	Provisões	144	84
2.02.04.02	Outras Provisões	144	84
2.02.04.02.04	Provisões Diversas	144	84
2.03	Patrimônio Líquido	-1.489.986	-1.293.946
2.03.01	Capital Social Realizado	973.764	973.764
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.463.750	-2.267.710

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-230.494	-86.968
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-454	-384
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	430	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-231.809	-84.612
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.339	-1.972
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-230.494	-86.968
3.06	Resultado Financeiro	4	-332
3.06.01	Receitas Financeiras	4	0
3.06.02	Despesas Financeiras	0	-332
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-230.490	-87.300
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-230.490	-87.300
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-230.490	-87.300
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-7,03300	-2,66400
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-7,03300	-2,66400

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	-230.490	-87.300
4.02	Outros Resultados Abrangentes	43.049	13.131
4.02.01	Outros Resultados Abrangentes	8.599	13.131
4.02.02	Aumento Valor Patrimonial de Investimento em Controlada	34.450	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-187.441	-74.169

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-295	-128
6.01.01	Pagamento de Fornecedores	-178	-60
6.01.02	Pagamento de Salários e Encargos	-108	-56
6.01.03	Pagamento de Outras Despesas Operacionais e Adm.	-4	-7
6.01.04	Pagamento de Tributos	-5	-5
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	20
6.02.01	Créditos e Dívidas com Pessoas Ligadas	0	20
6.03.01	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	-8.600	0
6.03.02	Resultado não Operacional Líquido	8.600	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-295	-108
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	711	124
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	416	16

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-2.267.710	0	-1.293.946
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-2.267.710	0	-1.293.946
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-196.040	0	-196.040
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-230.490	0	-230.490
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	34.450	0	34.450
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-2.463.750	0	-1.489.986

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-1.605.424	0	-631.660
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-1.605.424	0	-631.660
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-87.300	0	-87.300
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-87.300	0	-87.300
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-1.692.724	0	-718.960

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	-231.379	-84.612
7.01.02	Outras Receitas	-231.379	-84.612
7.01.02.01	Provisão para Desvalorização das Participações Societárias Permanentes	-231.379	-84.612
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-181	-195
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-167	-195
7.02.04	Outros	-14	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-231.560	-84.807
7.04	Retenções	-61	-12
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-60	-1
7.04.02	Outras	-1	-11
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-231.621	-84.819
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.343	-1.972
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.339	-1.972
7.06.02	Receitas Financeiras	4	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-230.278	-86.791
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-230.278	-86.791
7.08.01	Pessoal	140	95
7.08.01.01	Remuneração Direta	140	95
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	72	82
7.08.02.01	Federais	72	82
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	0	332
7.08.03.01	Juros	0	332
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-230.490	-87.300
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-230.490	-87.300

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	4.843.429	4.918.542
1.01	Ativo Circulante	989.339	1.082.623
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	47.165	46.059
1.01.02	Aplicações Financeiras	40.913	165.648
1.01.03	Contas a Receber	656.451	663.950
1.01.03.01	Clientes	586.275	592.915
1.01.03.01.01	Consumidores	714.490	686.722
1.01.03.01.02	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-128.215	-93.807
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	70.176	71.035
1.01.03.02.01	Ativo Financeiro - Bens da Concessão	53.121	53.980
1.01.03.02.02	Contas a Receber - Estado de Goiás	17.055	17.055
1.01.04	Estoques	33.868	33.598
1.01.07	Despesas Antecipadas	148	121
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	210.794	173.247
1.01.08.03	Outros	210.794	173.247
1.01.08.03.01	Devedores Diversos	51.942	43.887
1.01.08.03.02	Serviços em Curso	52.762	51.925
1.01.08.03.03	Créditos Fiscais	17.173	17.452
1.01.08.03.04	Outros Créditos	88.127	59.983
1.01.08.03.05	Transações com Partes Relacionadas	790	0
1.02	Ativo Não Circulante	3.854.090	3.835.919
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.986.269	2.960.700
1.02.01.03	Contas a Receber	277.078	284.259
1.02.01.03.01	Clientes	277.078	284.259
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.709.191	2.676.441
1.02.01.09.03	Ativo Financeiro - Bens da Concessão	1.439.132	1.412.426
1.02.01.09.04	Fundos Vinculados	1.648	1.614
1.02.01.09.05	Programa Emergencial Redução Consumo Energia El.	19.600	19.600
1.02.01.09.06	Devedores Diversos	133.286	128.193
1.02.01.09.07	Contas a Receber - Estado de Goiás	556.889	556.889
1.02.01.09.08	Créditos Fiscais	234.354	231.499
1.02.01.09.09	Outros Créditos	341.357	343.295
1.02.01.09.10	Bens e Direitos Destinados à Alienação	1.528	1.528
1.02.01.09.11	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-18.603	-18.603
1.02.02	Investimentos	13.134	13.935
1.02.03	Imobilizado	201.684	203.027
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	201.684	203.027
1.02.04	Intangível	653.003	658.257
1.02.04.01	Intangíveis	653.003	658.257
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	653.003	658.257

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	4.843.429	4.918.542
2.01	Passivo Circulante	4.543.101	4.020.650
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.439	10.379
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.439	10.379
2.01.02	Fornecedores	1.469.531	1.429.539
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.469.531	1.429.539
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.133.707	652.933
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	144.888	148.305
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	105.954	106.880
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	20.884	20.713
2.01.03.01.03	REFIS/PAES/PAEX	5.003	5.461
2.01.03.01.04	Outros	13.047	15.251
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	978.626	493.808
2.01.03.02.01	ICMS	978.626	493.808
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	10.193	10.820
2.01.03.03.01	ISS	10.193	10.820
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	246.878	268.112
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	246.878	268.112
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	231.923	251.672
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	14.955	16.440
2.01.05	Outras Obrigações	1.685.546	1.659.687
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.387	4.392
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.387	4.392
2.01.05.02	Outros	1.681.159	1.655.295
2.01.05.02.04	Encargos de Dívidas	149.975	159.401
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	1.178.823	1.139.323
2.01.05.02.06	Credores Diversos	159.622	152.413
2.01.05.02.07	Outros Credores	144.027	155.684
2.01.05.02.08	Obrigações Estimadas	48.712	48.474
2.02	Passivo Não Circulante	1.790.314	2.157.388
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	359.958	409.387
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	359.958	409.387
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	307.700	343.725
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	52.258	65.662
2.02.02	Outras Obrigações	753.932	1.143.321
2.02.02.02	Outros	753.932	1.143.321
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	112.000	112.000
2.02.02.02.03	Fornecedores	9.175	20.245
2.02.02.02.04	Programa Emergencial de Redução do Cons. En. El.	997	997
2.02.02.02.05	Tributos e Contribuições Sociais	30.233	416.922
2.02.02.02.06	Folha de Pagamento	1.357	1.295
2.02.02.02.07	Taxas Regulamentares	585.666	582.594
2.02.02.02.08	Outros Credores	14.504	9.268
2.02.03	Tributos Diferidos	234.354	231.499
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	234.354	231.499
2.02.04	Provisões	442.070	373.181

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	442.070	373.181
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	327.621	286.593
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	30.467	28.311
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	83.982	58.277
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-1.489.986	-1.259.496
2.03.01	Capital Social Realizado	973.764	973.764
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.463.750	-2.267.710
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	34.450

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	550.756	512.717
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-552.903	-461.535
3.03	Resultado Bruto	-2.147	51.182
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-142.657	-76.505
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-141.646	-68.899
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	454	657
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.465	-8.263
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-144.804	-25.323
3.06	Resultado Financeiro	-85.496	-61.895
3.06.01	Receitas Financeiras	124.528	166.641
3.06.02	Despesas Financeiras	-210.024	-228.536
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-230.300	-87.218
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-190	-82
3.08.01	Corrente	-190	-82
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-230.490	-87.300
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-230.490	-87.300
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-230.490	-87.300
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-7,03300	-2,66400

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-230.490	-87.300
4.02	Outros Resultados Abrangentes	43.049	13.131
4.02.01	Outros Resultados Abrangentes	8.599	13.131
4.02.02	Aumento do Valor Patrimonial do Investimento em Controlada	34.450	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-187.441	-74.169
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-187.441	-74.169

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.815	103.640
6.01.01	Recebimento de Clientes	946.793	848.226
6.01.02	Pagamento de Fornecedores	-423.274	-409.126
6.01.03	Pagamento de Salários e Encargos	-71.927	-70.611
6.01.04	Pagamento de Outras Despesas Operacionais e Administrativas	-167.424	-40.007
6.01.05	Pagamento de Tributos	-270.489	-228.023
6.01.06	Resultado Financeiro	4.136	3.181
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-38.822	-2.672
6.02.01	Caixa Usado no Imobilizado e Investimentos	-29.734	-2.672
6.02.02	Cauções - Licitações	-9.000	0
6.02.03	Outros	-88	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-102.622	-113.774
6.03.01	Resultado não Operacional Líquido	7.847	-597
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0	20.000
6.03.03	Pagamento de Serviço da Dívida	-110.469	-133.177
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-123.629	-12.806
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	211.707	110.572
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	88.078	97.766

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-2.267.710	0	-1.293.946	34.450	-1.259.496
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-2.267.710	0	-1.293.946	34.450	-1.259.496
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-196.040	0	-196.040	-34.450	-230.490
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-230.490	0	-230.490	0	-230.490
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	34.450	0	34.450	-34.450	0
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-2.463.750	0	-1.489.986	0	-1.489.986

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-1.605.424	0	-631.660	34.450	-597.210
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-1.605.424	0	-631.660	34.450	-597.210
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-87.300	0	-87.300	0	-87.300
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-87.300	0	-87.300	0	-87.300
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-1.692.724	0	-718.960	34.450	-684.510

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	909.601	857.358
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	936.527	849.941
7.01.02	Outras Receitas	7.485	284
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-34.411	7.133
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-515.692	-394.513
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-344.794	-290.926
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-87.361	-88.500
7.02.04	Outros	-83.537	-15.087
7.03	Valor Adicionado Bruto	393.909	462.845
7.04	Retenções	-32.895	-31.273
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.835	-31.262
7.04.02	Outras	-60	-11
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	361.014	431.572
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	126.992	170.640
7.06.02	Receitas Financeiras	126.992	170.640
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	488.006	602.212
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	488.006	602.212
7.08.01	Pessoal	76.814	71.047
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	428.724	385.422
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	212.958	233.043
7.08.03.01	Juros	212.958	232.535
7.08.03.02	Aluguéis	0	508
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-230.490	-87.300
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-230.490	-87.300

Comentário do Desempenho

I – DESEMPENHO OPERACIONAL INDIVIDUAL

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS INDIVIDUAIS

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais

Indicadores	31/03/2011	31/03/2012	Variação 31/03/2011 - 31/03/2012
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	674	321	-52,37%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	(384)	(454)	18,23%
EBITDA (R\$ mil)	(385)	(453)	17,66%
Prejuízo Líquido (R\$ mil)	(87.300)	(230.490)	164,02%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais

Indicadores	31/03/2011	31/03/2012	Variação 31/03/2011 - 31/12/2012
Liquidez Seca	0,00002	0,00025	1482,95%
Liquidez Corrente	0,00002	0,00025	1482,95%
Ativo Total - (R\$ mil)	290.527	303.092	4,32%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	1.006.212	1.687.395	67,70%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(715.685)	(1.489.986)	108,19%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Até 30/06/2009 a Companhia manteve as suas atividades operacionais mediante a utilização dos recursos disponibilizados pela sua Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, através do contrato de mútuo número AJU 002/2007, firmado em 26 de setembro de 2007, e renovado pelo 1º termo aditivo de 27 de junho de 2008, com vigência até 30 de julho de 2009, ocorrendo a quitação desta obrigação com a Controlada no ano de 2011.

A partir de 30/06/2009 até 31/03/2012, por intermédio do acionista controlador, no intuito de ofertar a continuidade operacional da Controladora, ocorreram os seguintes adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC, sendo que o adiantamento no valor de R\$100.000 mil, de 29 de dezembro de 2011, foi aportado posteriormente pela Celgpar na Controlada Celg D, em decorrência do acordo firmado entre a Celgpar, Estado de Goiás e Eletrobras:

DATA	VALOR DO AFAC EM MIL
22/06/2009	717
29/09/2009	300
06/01/2010	509
09/04/2010	250
27/05/2010	250
09/06/2010	250
14/07/2010	150
16/08/2010	200
30/08/2010	200
13/09/2010	200
30/11/2010	249
06/04/2011	1.454
11/05/2011	1.454
07/07/2011	1.454
10/08/2011	1.454
19/09/2011	1.454
26/10/2011	1.455
29/12/2011	100.000
TOTAL	112.000

Comentário do Desempenho

Em função da Companhia ainda não possuir uma fonte própria de geração de Receita Operacional, observa-se a impossibilidade de se efetuar os cálculos dos indicadores relacionados a este parâmetro de análise.

De maneira geral, verifica-se que a Companhia apresenta baixos índices de liquidez em função dos valores das obrigações com terceiros serem proporcionalmente bem maiores do que os recursos aplicados no seu Ativo Circulante. De 01/01/2012 até 31/03/2012, observou-se que a maior concentração das obrigações da Companhia se refere à Provisão para Desvalorização em Participações Societárias Permanentes, efetuada em função da situação de Passivo a Descoberto ocorrida na Controlada Celg Distribuição S.A. – Celg D.

II – DESEMPENHO OPERACIONAL CONSOLIDADO

NÚMERO DE CONSUMIDORES

CLASSES	mar/12	mar/11	ACRÉSCIMO	VARIAÇÃO
Residencial	2.015.994	1.923.768	92.226	4,79%
Industrial	10.996	10.775	221	2,05%
Comercial	218.914	214.657	4.257	1,98%
Rural	166.974	165.128	1.846	1,12%
Poderes Públicos	16.415	15.933	482	3,03%
Iluminação Pública	618	610	8	1,31%
Serviços Públicos	2.063	1.973	90	4,56%
Consumo Próprio	289	300	(11)	-3,67%
Total	2.432.263	2.333.144	99.119	4,25%
Suprimento	2	2	-	0,00%
TOTAL	2.432.265	2.333.146	99.119	4,25%

O total de consumidores atendidos pela Controladora e suas Controladas nos três primeiros meses de 2012 teve um aumento de 4,25% em comparação com o período findo em 31/03/2011. Tal variação corresponde ao acréscimo de 99.119 novos consumidores, dos quais 92.226 são residenciais e 4.257 são comerciais, atingindo, em março/2012, o total de 2.432.265 consumidores. Em média foram ligados 8.259 novos consumidores por mês durante o período correspondente entre março/2011 e março/2012.

Comentário do Desempenho

CONSUMO FATURADO – MWh

CLASSES	JAN-MAR/2012	JAN-MAR/2011	ACRÉSCIMO	VARIAÇÃO
Residencial	896.887	838.765	58.122	6,93%
Industrial	529.615	479.956	49.659	10,35%
Comercial	512.596	483.993	28.603	5,91%
Rural	203.768	194.075	9.693	4,99%
Poderes Públicos	89.193	86.968	2.225	2,56%
Iluminação Pública	123.514	127.127	(3.613)	-2,84%
Serviços Públicos	85.485	82.405	3.080	3,74%
Consumo Próprio	1.617	1.786	(169)	-9,46%
Total	2.442.675	2.295.075	147.600	6,43%
Suprimento	20.381	56.575	(36.194)	-63,98%
TOTAL	2.463.056	2.351.650	111.406	4,74%

Nos três primeiros meses de 2012 o consumo faturado pela Controladora e suas Controladas teve um aumento de 4,74% em relação aos três primeiros meses do ano de 2011, que corresponde a 111.406 MWh faturados a mais.

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS CONSOLIDADOS

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados

Indicadores	31/03/2011	31/03/2012	Varição 31/03/2011 - 31/03/2012
Receita Operacional Bruta - ROB (R\$ mil)	883.321	965.732	9,33%
Receita Operacional Líquida - ROL (R\$ mil)	512.717	550.756	7,42%
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	131.816	172.627	30,96%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	(17.717)	(143.793)	711,61%
EBITDA (R\$ mil)	13.546	(110.958)	919,12%
Prejuízo Líquido (R\$ mil)	(87.300)	(230.490)	164,02%
Margem EBIT - EBIT/ROL (%)	-3,46%	-26,11%	655,55%
Margem EBITDA - EBITDA/ROL (%)	2,64%	-20,15%	862,55%
Margem Líquida - LL/ROL (%)	-17,03%	-41,85%	145,79%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados

Indicadores	31/03/2011	31/03/2012	Varição 31/03/2011 - 31/12/2012
Liquidez Seca	0,28770	0,21031	-26,90%
Liquidez Corrente	0,29332	0,21777	-25,76%
Ativo Total - (R\$ mil)	6.442.212	4.843.429	-24,82%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	7.123.447	6.333.415	-11,09%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(681.235)	(1.489.986)	118,72%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

De maneira geral, verifica-se que a Controladora e suas Controladas apresentam baixos índices de liquidez em função dos valores das obrigações com terceiros serem proporcionalmente bem maiores do que os recursos aplicados no seu Ativo Circulante.

Comentário do Desempenho

A situação de Passivo a Descoberto ocorrida na Controlada Celg Distribuição S.A. – Celg D, agravada nos três primeiros meses do ano de 2012 acarretou alteração nos cálculos dos seguintes indicadores:

- 1) Resultado do Serviço – EBIT, que apresentou piora em função do aumento nos custos e despesas operacionais administráveis;
- 2) Geração de Caixa Operacional – EBITDA, que apresentou piora em função do decréscimo do EBIT;
- 3) Prejuízo Líquido Consolidado: especificamente no que concerne ao Resultado do Serviço e Resultado Financeiro dos três primeiros meses do ano de 2012 da Controlada Celg D.

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(em milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**1.1 – Contexto operacional da Controladora**

A Companhia Celg de Participações - CELGP detém participações societárias nas seguintes sociedades controladas:

CONTROLADA	% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D	100 %
CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT	100 %

1.2 - CONTEXTO OPERACIONAL DA CONTROLADA CELG DISTRIBUIÇÃO S.A.

A Controlada CELG Distribuição S.A. - CELG D, sociedade de capital fechado é concessionária de serviço público de energia elétrica e seu acionista controlador é a Companhia CELG de Participações – CELGP.

Seus principais objetivos sociais são as atividades de execução dos empreendimentos constantes do Plano de Eletrificação do Estado de Goiás e a realização de estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão e subestações inferiores a 230 KV, e redes de distribuição de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades.

A Controlada detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 237 municípios, 391 distritos e povoados no Estado de Goiás, com 2.432.263 clientes, abrangendo uma área de concessão de 336.871 km², regulada pelo Contrato de Concessão n°. 63 de 25 de agosto de 2000, celebrado entre a ANEEL, a Controlada e o acionista controlador, o qual permanece com seu termo de vigência até 7 de julho de 2015, podendo ser prorrogado por um período de mais 20 anos.

A ANEEL editou em 06 de setembro de 2011 a Resolução Homologatória n°. 1.200, a qual publicou o resultado do reajuste anual das tarifas da Controlada, informando que as tarifas de fornecimento de energia elétrica ficam reajustadas em média 13,05% (treze vírgula cinco por cento) – Ver Nota Explicativa 37-c.

Com o objetivo de garantir a continuidade operacional da controlada, a atual administração estruturou e aprovou um Plano de Reestruturação da Celg D contemplando a execução integrada das etapas do Planejamento Estratégico, do Programa de Investimentos e do Plano de Reestruturação Financeira, conforme descrição resumida a seguir:

1. Planejamento Estratégico

Notas Explicativas

Visando a implementação de pressupostos de governança corporativa, a atual administração aprovou o Planejamento Estratégico 2011-2015 no âmbito dos objetivos, metas e gestão, fixando inclusive as metas de redução dos gastos operacionais, tomando como parâmetro os custos regulatórios, com previsão ao enquadramento à Empresa de Referência até 2014.

2. Programa de investimentos no sistema

O Programa de Investimentos da controlada CELG D para o período 2011–2020 prevê investimentos da ordem de R\$ 250 milhões anuais e foi elaborado com base nas seguintes premissas:

- ✓ Atendimento ao crescimento do mercado (obras de expansão);
- ✓ Cumprimento das determinações dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST-Módulo 8-Metas de continuidade e conformidade de tensão (obras de melhoria) - ANEEL;
- ✓ Aderência à capacidade de investimentos da CELG D;
- ✓ Investimentos suficientes para cobrir a depreciação anual dos ativos em serviço.

3. Plano de reestruturação financeira

Sob a ótica da busca do equilíbrio econômico-financeiro da controlada, a atual administração vem atuando em negociações com bancos de investimento privados e estatais buscando a negociação e/ou liquidação dos passivos onerosos, regularização dos débitos intrassetoriais e aplicação do reajuste tarifário – ver Notas Explicativas 37-b e 37-c (Eventos Subsequentes).

1.3 - CONTEXTO OPERACIONAL DA CONTROLADA CELG GT

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGPAR, constituída em 15 de dezembro de 2005, com início das suas operações a partir de 1º de setembro de 2006, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Goiás – CELG, determinado pelo Governo Federal conforme a Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004.

A Controlada CELG GT possui 03 usinas, todas hidrelétricas, linhas e subestações de transmissão pertencentes a rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. Estas concessões são as seguintes:

Notas Explicativas

Geração	Localidade	Contrato	Data concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Capacidade utilizada (MW)
Hidrelétricas:						
Rochedo	Rio Meia Ponte	62/2000	17/08/1999	07/07/2015	4,000	4,000
São Domingos (a)	Rio São Domingos	62/2000	22/05/1981	24/05/2011	12,000	12,000
Mosquito	Rio Mosquito	62/2000	17/08/1999	07/07/2015	0,360	0,360
					16,360	16,360

(a) Em 14 de março de 2008 foi solicitado a renovação da concessão pela Administração da Celg GT, aguardando posicionamento do órgão regulador.

Transmissão	Localidade	Contrato	Data concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MVA)
Rede básica	Goiás	63/2001	07/07/1995	07/07/2015	1.989

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- I. As informações trimestrais da Controladora e de suas Controladas são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: Legislação Societária (Leis nº. 6.404/76, nº. 10.303/2001, nº. 11.638/2007 e nº. 11.941/2009); disposições complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; pronunciamentos emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* - e normas específicas aplicáveis aos concessionários de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em função da participação acionária da holding nessas concessionárias.
- II. A Celgpar adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 março de 2012. As políticas contábeis detalhadas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais.
- III. As principais práticas contábeis utilizadas pela Controladora e suas Controladas são as seguintes:
 - a. Procedimentos de Consolidação

A consolidação das informações trimestrais da Companhia Celg de Participações - CELGPAR e suas controladas foi efetuada de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei nº. 6.404/76 e Instrução CVM 247/96 com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM 269/97, 285/98, 464/08 e 469/08, bem como dos dispositivos determinados pelo CPC 36-R1 (Demonstrações Consolidadas – IAS 27).

Notas Explicativas

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas a partir das informações trimestrais individuais das companhias mencionadas na nota 1, as quais foram ajustadas conforme a seguir descrito. Na elaboração das informações trimestrais consolidadas, foram observadas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e demais legislações pertinentes, inclusive a fiscal. O sumário dessas principais práticas contábeis, aplicáveis de forma uniforme a todas as empresas incluídas no processo de consolidação, está apresentado a seguir:

- a.1. Os valores a receber junto a empresas coligadas e sócios estão devidamente suportados por contratos. Nas informações trimestrais consolidadas, os saldos entre as empresas inseridas no processo de consolidação foram eliminados.
- a.2. Os investimentos nas controladas são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas informações trimestrais consolidadas os saldos dos investimentos foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido de cada controlada;
- a.3. As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da controlada Celg GT e de sua controlada em conjunto, consolidada proporcionalmente a partir da data em que o controle compartilhado se iniciou.

b. Caixa e equivalentes de Caixa

A Controladora e suas Controladas consideram como disponibilidades o saldo de caixa, depósitos em bancos e aplicações de curtíssimo prazo. As aplicações financeiras das Controladas estão demonstradas ao custo acrescido da remuneração contratada, reconhecida até a data do balanço.

c. Consumidores, concessionárias e permissionárias

Esses saldos incluem os valores faturados aos consumidores finais e concessionários revendedores, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do balanço.

As contas a receber também incluem os valores faturados aos consumidores e concessionários do Serviço Público de Energia Elétrica e usuários da Rede Básica pertencente ao Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme contratos realizados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e ainda, operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do balanço.

d. Contas a Receber - Estado de Goiás

Os créditos a receber relativos a obras realizadas por ordem do Poder Executivo foram consolidados no exercício de 2003 e atualizados monetariamente em função

Notas Explicativas

de formalização do correspondente acordo com o Estado de Goiás. Em dezembro de 2005, os valores foram novamente consolidados.

e. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber das Controladas. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na nota 4.

f. Estoques

Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e os destinados à construção, alocados no imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa seu valor de mercado.

g. Baixa Renda

Inclui os valores decorrentes de novos critérios de classificação de unidades consumidoras de subclasse residencial de baixa renda, estabelecidos pela Lei nº. 10.438/2002.

h. Ativo Financeiro – Bens da Concessão

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por se tratar de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada no ativo financeiro com bens da concessão da distribuição, alocada na Controlada Celg D, é remunerada por meio do WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) regulatório, que consiste na remuneração do investimento, remuneração esta cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

O valor justo do ativo financeiro será revisado trimestralmente, considerando a atualização pelo IGPM. Eventuais diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajustes de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Controlada Celg D, que ocorre a cada quatro anos (próxima revisão prevista para setembro de 2013), o ativo financeiro poderá ser reconhecido ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

Na Controlada Celg GT foi estimado o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor, sendo os efeitos de quaisquer mudanças posteriores tratados de forma prospectiva em suas informações trimestrais.

Notas Explicativas

i. Investimentos

As participações societárias permanentes são registradas ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e registradas/avaliadas pela equivalência patrimonial em conformidade com a Instrução CVM nº. 247/1996 e CPC 18 (Investimento em Coligada e em Controlada – IAS 28).

Conforme disposto no CPC 43-R1 (Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40), as demonstrações financeiras individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente não são consideradas, com esse método de avaliação, como estando conformes às normas internacionais de contabilidade.

Trata-se de exceção de caráter obrigatório/legal que diz respeito às demonstrações financeiras individuais de entidade que tenha investimento em controlada avaliado pelo método da equivalência patrimonial, critério este adotado pela Controladora. Verifica-se que o IASB não reconhece este tipo de demonstração, exigindo que, no caso da existência de controlada, a entidade elabore e divulgue, no lugar das demonstrações financeiras individuais, demonstrações consolidadas. O IASB admite as demonstrações individuais da investidora desde que o investimento seja avaliado pelo valor justo ou mesmo pelo custo, atribuindo a estas demonstrações o nome de demonstrações separadas, tornando-as diferentes das demonstrações individuais. Apesar disto a legislação societária brasileira exige a apresentação das demonstrações individuais e o próprio CPC as reconhece em seus pronunciamentos.

Por tudo isto, a controladora apresentará suas informações trimestrais individuais e consolidadas, por se tratar de exceção de caráter obrigatório/legal descrita no CPC 43-R1 (Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40), não sendo feita a apresentação das informações trimestrais separadas.

j. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens utilizados pela Administração no desenvolvimento da gestão da Celgpar e controladas, os quais são classificados pela Aneel como bens não elegíveis. Os mesmos foram registrados pelo correspondente Valor Novo de Reposição-VNR e são remunerados via empresa de referência, por meio de cálculos dos reajustes e revisões tarifárias.

k. Intangível

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelas concessionárias para ser utilizada como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, fundamentado no direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados, em consonância com as disposições do CPC 04-R1 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 e OCPC 05 – Contratos de Concessão.

Notas Explicativas

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por impairment, quando aplicável.

A controlada Celg D entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excedem o seu valor recuperável. Tal aspecto está embasado pela metodologia de avaliação da Base Remuneratória Regulatória – BRR utilizada para cálculo da amortização, a qual é totalmente recuperada.

l. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das informações trimestrais, de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças intertemporais são reconhecidos e fundamentados em garantias de sua realização em decorrência de obrigações fiscais diferidas de mesma natureza, lançados no resultado do trimestre.

m. Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar e controladas. Neste sentido e por conta das orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as empresas registraram provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

n. Provisão para Férias

A provisão para férias é calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 31 de março de 2012 e inclui os correspondentes encargos sociais. Essas provisões estão contabilizadas no grupo de obrigações estimadas.

o. Benefícios a Empregados

A Companhia e suas Controladas são patrocinadoras da Fundação ELETRA. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as contribuições são devidas, observando o regime de competência, observando-se os

Notas Explicativas

preceitos do Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados. Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais para determinação do valor presente das obrigações, conforme determina a Deliberação CVM nº. 600/2009.

p. Apuração de Resultado

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Celgpar e Controlada, podendo ser confiavelmente mensurada, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas, mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receitas de construção e ou outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas empresas. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, sendo calculada em bases estimativas até a data do balanço.

O ativo financeiro indenizável é remunerado pela incidência do custo médio ponderado de capital regulatório (WACC regulatório) de 7,50% após os impostos, sendo esta receita incluída na receita operacional. Prospectivamente à adoção inicial da ICPC 01, a cada novo investimento em expansão ou melhoria da infraestrutura, a contrapartida das adições ao ativo intangível em formação (direito de uso da concessão) é o reconhecimento da receita de construção, considerando a proporção do trabalho executado até a data do balanço, com apuração de margem de lucro zero na controlada Celg D. As despesas operacionais são reconhecidas pelo regime de competência.

q. Estimativas

A preparação das informações trimestrais da Celgpar e controladas requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, assim como as divulgações de passivos contingentes. Apesar disto, possíveis imprecisões peculiares ao processo de sua determinação podem resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações quando da liquidação das respectivas transações.

A Celgpar e controladas revisam suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou perspectivas diferentes exigem o procedimento.

As principais estimativas relacionadas às informações trimestrais referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturada e as respectivas contas a receber;
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;

Notas Explicativas

- Avaliação de ativos financeiros a valor justo;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Prazos para pagamento e recuperação de créditos tributários relativos a imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Provisão para contingências relativas às ações judiciais.

r. PIS e COFINS

Na controlada Celg D o PIS e a COFINS são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução da receita pelo regime de competência e, segundo a legislação em vigor, pelo regime não cumulativo, sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente.

Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre os custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas Demonstrações Financeiras, conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº. 1, de junho de 2004.

Os valores de PIS e COFINS, apurados pelo resultado da venda de energia elétrica e deduções da receita, são repassados integralmente aos consumidores nas faturas de energia e consideram a neutralidade fiscal com as respectivas alterações contábeis ocorridas com a edição dos CPC e em convergência às IFRS.

s. Imposto de Renda e Contribuição Social

São provisionados ou constituídos Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais, Base Negativa de Contribuição Social e diferenças intertemporais, limitados às obrigações de mesma natureza, sendo seus efeitos lançados no resultado do trimestre.

Notas Explicativas

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais. O saldo em 31 de março de 2012 corresponde às aplicações nos bancos Bradesco, Itaú, e Caixa Econômica Federal, remuneradas em condições e taxas normais de mercado, efetuadas pela Controladora e suas Controladas, conforme abaixo representado:

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Caixa e depósitos bancários à vista	16	16	47.165	46.059
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
- Aplicações - resgate automático	400	695	400	695
- Certificados de Depósito Bancário (CDB)	-	-	35.055	39.081
- Fundos de Investimento	-	-	5.458	125.872
TOTAL	416	711	88.078	211.707

NOTA 4 – CONSUMIDORES

Notas Explicativas

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Consumidores		
- Faturados	438.395	410.698
- Não Faturados	85.727	83.947
- Acréscimos Moratórios	37.613	34.909
- Efeitos do Regime Especial de Tarifação	-	(54)
- Encargos Capacidade Emergencial	-	3
- Parcelamentos	128.809	132.981
- Contribuição Iluminação Pública - CIP	12.427	12.103
- Outros Créditos	6.294	6.001
Total	<u>709.265</u>	<u>680.588</u>
Concessionárias		
- Suprimento	2.897	3.758
- Variação e Acréscimos Moratórios	438	438
Total	<u>3.335</u>	<u>4.196</u>
Comercialização no âmbito do CCEE		
- Energia Curto Prazo	1.890	1.890
Total	<u>1.890</u>	<u>1.890</u>
Outras Rendas		
- Outras Rendas	-	48
Total	<u>-</u>	<u>48</u>
TOTAL CIRCULANTE	<u>714.490</u>	<u>686.722</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Consumidores		
- Prefeituras	277.078	284.259
- Redução da Tarifa de Uso do Sistema Transm./Distribuição	-	-
Total	<u>277.078</u>	<u>284.259</u>
TOTAL NÃO CIRCULANTE	<u>277.078</u>	<u>284.259</u>
TOTAL CONSUMIDORES	<u>991.568</u>	<u>970.981</u>

Composição do Contas a Receber:

Notas Explicativas

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	31/03/2012					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/03/2012	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/03/2012	SALDO 31/03/2012
Residencial	82.423	42.920	15.371	140.714	18.423	122.291
Industrial	44.752	7.546	17.517	69.815	3.185	66.630
Com./ Serv./ Outras Atividades	42.500	14.261	15.250	72.011	9.358	62.653
Rural	13.569	5.677	6.707	25.953	1.087	24.866
Poderes Públicos						
- Federal	2.920	184	211	3.315	-	3.315
- Estadual	5.563	3.236	24.681	33.480	-	33.480
- Municipal	6.817	4.014	24.115	34.946	195	34.751
Iluminação Pública	19.064	1.727	12.867	33.658	1.361	32.297
Serviço Público	14.191	7.959	2.353	24.503	-	24.503
PDD s/outras Créditos	-	-	-	-	26.901	(26.901)
SUB TOTAL	231.799	87.524	119.072	438.395	60.510	377.885
Não Faturado	85.727	-	-	85.727	-	85.727
Variação/Acréc. Moratórios	37.613	-	-	37.613	-	37.613
Parcelamentos	105.597	2.886	20.326	128.809	67.589	61.220
Contr. Iluminação Pública	6.831	3.760	1.836	12.427	-	12.427
Outros Créditos	6.294	-	-	6.294	-	6.294
SUB TOTAL	242.062	6.646	22.162	270.870	67.589	203.281
TOTAL CONSUMIDORES	473.861	94.170	141.234	709.265	128.099	581.166
Concessionárias						
Suprimento	2.537	-	-	2.537	-	2.537
Energia Curto Prazo	1.890	-	-	1.890	-	1.890
Variação/Acréc. Moratórios	798	-	-	798	116	682
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	5.225	-	-	5.225	116	5.109
TOTAL DO CIRCULANTE	479.086	94.170	141.234	714.490	128.215	586.275
Parcelamento-Poder Público	-	-	277.078	277.078	-	277.078
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	-	-	277.078	277.078	-	277.078
TOTAL CONSUMIDORES	479.086	94.170	418.312	991.568	128.215	863.353

Notas Explicativas

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	31/12/2011					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2011	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/12/2011	SALDO 31/12/2011
Residencial	79.089	42.739	13.903	135.731	16.966	118.765
Industrial	42.926	8.304	16.342	67.572	3.508	64.064
Com./ Serv./ Outras Atividades	39.070	15.073	14.182	68.325	10.037	58.288
Rural	12.343	9.165	6.514	28.022	1.034	26.988
Poderes Públicos						
- Federal	3.310	126	200	3.636	-	3.636
- Estadual	5.838	4.378	23.700	33.916	-	33.916
- Municipal	6.181	3.486	20.998	30.665	170	30.495
Iluminação Pública	10.527	1.649	14.254	26.430	1.303	25.127
Serviço Público	14.134	637	1.630	16.401	-	16.401
SUB TOTAL	213.418	85.557	111.723	410.698	33.018	377.680
Não Faturado	83.947	-	-	83.947	-	83.947
Variação/Acrésc. Moratórios	34.909	-	-	34.909	-	34.909
Efeitos Reg. Esp. Tarificação	(54)	-	-	(54)	-	(54)
Encargo Cap. Emergencial	3	-	-	3	3	-
Parcelamentos	114.398	2.177	16.406	132.981	35.392	97.589
Contr. Iluminação Pública	6.286	3.709	2.108	12.103	-	12.103
Outros Créditos	6.001	-	-	6.001	25.291	(19.290)
SUB TOTAL	245.490	5.886	18.514	269.890	60.686	209.204
TOTAL CONSUMIDORES	458.908	91.443	130.237	680.588	93.704	586.884
Concessionárias						
Suprimento	3.478	-	-	3.478	-	3.478
Energia Curto Prazo	1.890	-	-	1.890	-	1.890
Outras Rendas	48	-	-	48	-	48
Variação/Acrésc. Moratórios	718	-	-	718	103	615
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	6.134	-	-	6.134	103	6.031
TOTAL DO CIRCULANTE	465.042	91.443	130.237	686.722	93.807	592.915
Parcelamento-Poder Público	-	-	284.259	284.259	-	284.259
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	-	-	284.259	284.259	-	284.259
TOTAL CONSUMIDORES	465.042	91.443	414.496	970.981	93.807	877.174

a. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com critérios constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumida:

a.1 Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores por classe de consumo, considerado de difícil recebimento. Essa análise individual também é feita sobre os valores a receber de entidades governamentais estaduais e municipais relativos a fornecimento normal, saldos de parcelamentos e valores consolidados de confissões de dívidas.

a.2 Para os demais casos

- Consumidores residenciais - vencidos há menos e mais de 90 dias.
- Consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias.
- Consumidores industriais, rurais e outros - vencidos há mais de 360 dias.

a. No trimestre findo em 31 de março de 2012 foi baixado do saldo de contas a receber da Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D o montante de

Notas Explicativas

R\$ 1 mil, decorrente de saldos em atraso, cujos esforços para recebimento foram substancialmente aplicados e a concessionária não obteve sucesso.

- b. Os valores correspondentes às operações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração as informações divulgadas por ela. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por este órgão, os valores são estimados pelas Controladas.
- c. Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD, consolidada no trimestre findo em 31 de março de 2012:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO CIRCULANTE
Saldo em 31 de dezembro de 2011	93.807
Baixa por perda no período	(1)
Reversão do período	(2)
Provisão no período	10.182
Provisão Parcelamento	24.229
Saldo em 31 de março de 2012	128.215

- d. A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

NOTA 5 - DEVEDORES DIVERSOS

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/03/2012		31/12/2011	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSAVEIS				
IRRF Art.34 da Lei nº 10.833	2.355	-	2.060	-
COFINS Art. 34 da Lei nº 10.833	1.427	-	1.129	-
CSLL Art.34 da Lei nº 10.833	475	-	376	-
PIS/PASEP - Parecer Cosit nº 27	44	-	35	-
PIS/PASEP Art. 34 da Lei nº 10.833	264	-	210	-
IRRF S/Aplicações Financeiras	490	-	387	-
ICMS Lei Complementar nº 102 (a)	-	88.943	-	86.211
ICMS Faturas Canceladas (b)	-	44.273	-	41.912
SUB-TOTAL	5.055	133.216	4.197	128.123
Fornecedores	566	-	337	-
Empregados	669	-	670	-
Eletróbrás (c)	21.921	-	22.593	-
Outros	23.731	70	16.090	70
SUB-TOTAL	46.887	70	39.690	70
TOTAL GERAL	51.942	133.286	43.887	128.193

- a) Refere-se a créditos de ICMS sobre aquisições de bens destinados ao uso da concessão;
- b) Refere-se a créditos de ICMS sobre Notas Fiscais de venda de energia elétrica, as quais foram canceladas;
- c) Refere-se ao valor relativo ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida do Repasse de Itaipu, o qual se encontra em discussão sobre a metodologia de cálculo de juros.

NOTA 6 – SERVIÇOS EM CURSO

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011
Serviços Próprios	-	1.337
Serviços Prestados a Terceiros (a)	52.760	50.586
Transf. Fabric. E Reparo de Materiais	2	2
TOTAL	52.762	51.925

- a) Os serviços prestados a terceiros basicamente são decorrentes dos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, conforme Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000.

NOTA 7 – OUTROS CRÉDITOS

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012		31/12/2011	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Consumidor Baixa Renda (a)	-	-	-	340.985	-	331.114
Alienação de Bens e Direitos	-	-	7.985	-	7.973	-
Cauções e Depósitos (b)	6	6	52.092	-	37.352	-
Eletrobrás	-	-	1.290	-	1.290	-
Funcionários a Disposição	-	-	2.284	-	1.756	-
Títulos e Valores Mobiliários (c)	-	-	17.178	372	4.798	12.181
Outros - inclui AFAC Energética Corumbá III	-	-	7.293	-	6.793	-
Adiantamento a Fornecedores	-	-	5	-	21	-
TOTAL	6	6	88.127	341.357	59.983	343.295

(a) Por meio da Lei nº. 10.438/2002, o Governo Federal ampliou a faixa de consumo da classe de consumidores Baixa Renda e conseqüentemente reduziu a receita das distribuidoras. Visando recompor o equilíbrio econômico-financeiro das mesmas, foi editada a Lei nº. 10.604 normatizando a subvenção de igual valor via Eletrobrás.

A Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D no período compreendido entre 6 de novembro e 8 de dezembro de 2006 passou por um processo de fiscalização pela Agência Goiana de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, a qual teve a finalidade de verificar a utilização dos critérios estabelecidos para o enquadramento dos consumidores no benefício tarifário de baixa renda, conforme Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002, que regula a aplicação do benefício automaticamente com base no consumo medido até 79 kWh, a de nº 485, de 29 de agosto de 2002, que estabelece os critérios para a concessão do benefício de baixa renda a consumidores com média de consumo entre 80 e 220 kWh, desde que o portador de Número de Inscrição Social do Governo Federal – NIS; e a nº 89, de 25 de outubro de 2004, que estabelece a metodologia para cálculo da subvenção econômica a ser concedida à concessionária.

O resultado da citada fiscalização culminou na emissão do Termo de Notificação nº 001/2007, no valor de R\$ 36.390, encaminhado à Controlada Celg D através do Ofício nº 303/AGR/2007-PRE, de 6 de fevereiro de 2007. A Controlada encaminhou resposta através da carta PR-0306/07, de 2 de março de 2007, manifestando-se sobre as não conformidades e determinações do referido termo, citando inclusive a Resolução ANEEL nº. 245, de 19 de dezembro de 2006 (editada após a conclusão da fiscalização da AGR), na qual a Agência reconhece a possibilidade de haver a duplicidade do benefício, devendo a concessionária regularizar a titularidade da unidade consumidora ou obter, do morador efetivo, declaração assinada de que não pode fazer a devida transferência de titularidade.

Em resposta à manifestação da Controladora, a AGR encaminhou o Ofício nº 418/2007-PRE informando que o valor constante do termo de notificação em referência será revisto à medida que se for comprovando a inexistência de duplicidade do benefício. Em 18 de dezembro de 2007, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 297 anulando o artigo 3º da Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002. Em função dessa anulação, a Controlada encaminhou à AGR o Ofício nº PR-132/02, de 21 de janeiro de 2008, solicitando a anulação do relatório de fiscalização que motivou a emissão do Termo de Notificação nº 001/2007. Em resposta, a Agência expediu o Ofício nº 029/2008-DED-AGR informando que os valores serão revistos, considerando a nova metodologia de cálculo requisitada pela Aneel.

A realização da subvenção econômica da Baixa Renda, classificada no Ativo Não Circulante, está prevista no acordo efetuado entre o Estado de Goiás e a Eletrobrás, com interveniência da Celgpar e a Controlada Celg D, de modo que os créditos desta Controlada serão utilizados na contrapartida da quitação das obrigações com o Sistema Eletrobrás.

- (b) Refere-se às cauções e depósitos vinculados efetuados em garantia do cumprimento das obrigações, bem como em decorrência de disposição legal.
- (c) Refere-se às aplicações de capital em títulos de capitalização – CCB's (valor do Ativo Não Circulante).

Notas Explicativas

NOTA 8 – ESTOQUES

Os estoques das controladas são compostos de materiais destinados à manutenção e operação das instalações, bem como de materiais de consumo na administração.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011
Estoque Total	33.868	33.598
TOTAL	33.868	33.598

NOTA 9 – PROGRAMA EMERGENCIAL DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em junho de 2001, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº. 2.198, instituindo o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL regulamentou os competentes registros contábeis, através da Resolução ANEEL nº. 299, de 27 de julho de 2001. Obedecendo às normas editadas pela ANEEL, encontram-se registrados os seguintes valores na Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO
	31/03/2012
Ativo Não Circulante (a)	19.600
(-) Provisão para Perdas (c)	(18.603)
Total	997
Passivo Circulante (b)	997

- a) Refere-se à diferença entre o total de bônus pagos pela Controlada Celg D a consumidores residenciais e o valor efetivamente ressarcido de acordo com o regulamento do Programa;
- b) Refere-se a acréscimos à Tarifa Aneel (sobretaxa) cobrado dos consumidores e não recolhido ao Ministério de Minas e Energia – MME, conforme definido no regulamento do Programa;
- c) Valor correspondente à diferença entre os bônus e a sobretaxa cobrada de consumidores, tendo sido provisionado sua perda em razão do indeferimento, por parte da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da Aneel, do pleito da Controlada Celg D formalizado pela Carta PR-0453/2007. Em 19 de março de 2010, a Controlada solicitou o desarquivamento do Processo Aneel 48500.000051/02-16, considerando a existência de fatos novos e até a presente data não obteve resposta.

NOTA 10 – CONTAS A RECEBER - ESTADO DE GOIÁS

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011
Circulante – Lei nº 13.062/97 (a)	17.055	17.055
TOTAL - CIRCULANTE	17.055	17.055
Não Circulante – Parcelamento (b)	556.889	556.889
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	556.889	556.889

(a) Lei nº. 13.062/97 de 9 de maio de 1997.

Refere-se a valores não repassados pelo Governo Estadual à Controlada Celg Distribuição S.A. – CELG D, para fazer face às amortizações dos empréstimos e financiamentos contratados para a construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, objeto da cisão da Controlada no exercício social de 2006.

(b) Parcelamento.

Em 29 de dezembro de 2005, foi assinado entre o Estado de Goiás e a Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D o Quarto Termo Aditivo ao Termo de Encontro de Contas, de 25 de julho de 2001, o qual foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através do Despacho nº. 528 de 5 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União em 6 de março de 2007. O total da dívida consolidada é de R\$1.016.770 mil (valor histórico), cuja movimentação até 31 de março de 2012 é apresentada abaixo:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO
	31/03/2012
Crédito Consolidado - março de 2007	1.016.770
Atualizações/Juros	988.571
Amortizações	(80.399)
Crédito Atualizado - dezembro de 2010	1.924.942
Atualizações/Juros	231.947
Amortizações	(1.600.000)
Crédito Atualizado - março de 2012	556.889

O saldo devedor desse Termo foi atualizado monetariamente pela variação do IGPM e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês.

O valor de R\$ 1.600.000 mil foram pagos à Controlada pelo Estado de Goiás, mediante a utilização de parte dos recursos da 1ª tranche do empréstimo obtido pelo mesmo junto a Caixa Econômica Federal – CAIXA, liberada em 29 de dezembro de 2011.

Este empréstimo faz parte das negociações em andamento entre o Estado de Goiás e as Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, definidas no Protocolo de Intenções assinado em 15 de dezembro de 2011 – ver Nota Explicativa Nº. 37-b (Eventos Subseqüentes).

NOTA 11 – ATIVO FINANCEIRO – BENS DA CONCESSÃO

Os bens utilizados na execução dos serviços objeto da concessão de distribuição de energia elétrica, na controlada Celg D, e aos relacionados aos serviços de construção, operação e manutenção da concessão de transmissão de energia elétrica, na controlada Celg GT, estão registrados no ativo financeiro em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 e Pronunciamento Técnico OCPC 05 – Contratos de Concessão. Os referidos valores são classificados como disponíveis para venda em razão da garantia contratual de indenização ao final da

Notas Explicativas

concessão, o que, por sua vez, ofertam condições para a inexistência de indicadores internos e externos de perdas por *impairment*.

ATIVO FINANCEIRO BENS DA CONCESSÃO	CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011
CIRCULANTE		
- Ativo Financeiro - Bens da Concessão Transmissão	53.121	53.980
TOTAL CIRCULANTE	53.121	53.980
NÃO CIRCULANTE		
- Ativo Financeiro - Bens da Concessão Distribuição	1.223.468	1.198.083
- Serviços da Construção / Operação / Manutenção	215.664	214.343
TOTAL NÃO CIRCULANTE	1.439.132	1.412.426
TOTAL GERAL	1.492.253	1.466.406

NOTA 12 – CRÉDITOS FISCAIS

A Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D mantém ativados créditos tributários relativos à base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e diferenças intertemporais. Esses valores são ativados levando-se em consideração a garantia de sua realização, uma vez que existem obrigações fiscais de mesma natureza (nota 20).

São apresentados, a seguir, os montantes apurados pela Controlada Celg D:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			CONSOLIDADO		
	31/03/2012			31/12/2011		
	CSLL	IR	TOTAL	CSLL	IR	TOTAL
Base Negativa e Prejuízo Fiscal líquido a utilizar	2.002.719	2.229.428		1.880.331	2.105.960	
(+) Adições Intertemporais – PCLD	157.153	157.153		122.753	122.753	
(+) Adições Intertemporais – Contingência	454.345	454.348		383.650	383.650	
(=) Base de cálculo	<u>2.614.217</u>	<u>2.840.929</u>		<u>2.386.734</u>	<u>2.612.363</u>	
	9%	25%		9%	25%	
Limite de Crédito Fiscal	235.280	710.232		214.806	653.091	
Crédito tributário – Circulante	4.546	12.627	17.173	4.620	12.832	17.452
Crédito tributário – Não Circulante	62.035	172.319	234.354	170.220	61.279	231.499
Total Crédito Tributário	66.581	184.946	251.527	174.840	74.111	248.951

NOTA 13 – BENS E DIREITOS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Terrenos e Edificações-Vila Operária de Cachoeira Dourada GO	1.525	1.525
Terreno - Cidade de Inhumas GO	3	3
TOTAL	1.528	1.528

NOTA 14 - INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Participações em Controladas (a)	294.052	292.713	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (b)	8.600	100.000	-	-
Participações em Controladas-Ágio	-	-	-	-
Outros Investimentos	-	-	49	49
Centro de Recreação e Lazer dos Empregados	-	-	2.889	2.889
Terrenos (c)	-	-	5.761	5.761
Edificações, Obras Civas e Benefeitorias	-	-	682	682
Máquinas e Equipamentos	-	-	1.632	1.632
Participações Societárias Permanentes (e)	-	-	8	8
Energética Corumbá III S/A - ECIII (b)	-	-	1.897	2.698
Energética Fazenda Velha (d)	-	-	216	216
TOTAL	302.652	392.713	13.134	13.935

- (a) Em atendimento aos preceitos da Lei 11.941/2009 e CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/2007, a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT reclassificou para o Grupo de Investimentos, o Ativo Diferido referente a parte do custo financeiro da Energética Corumbá III, concernente ao atraso de aportes no Consórcio Empreendedor Corumbá III, regulado pela Ata da 10ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Energética Corumbá III.
- (b) Refere-se a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital efetuado na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT, no valor de R\$ 8.600 mil. O valor de R\$ 100.000 mil do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 31/12/2011, efetuado na Controlada Celg Distribuição S.A. – CELG D, foi integralizado em sua totalidade em 24 de janeiro de 2012, conforme aprovado na 209ª AGE desta Controlada – Ver Nota Explicativa 26;
- (c) Tratam-se dos seguintes imóveis da Controlada Celg Distribuição S.A. – Celg D: 1) Imóvel na Cidade de Goiânia-GO, no valor de R\$ 3.050 mil, retomado por ação de rescisão contratual cominada com reintegração de posse com pedido de tutela antecipada em face do Clube Jaó; 2) Terreno na Cidade de São Carlos-SP, no valor de R\$ 1.104 mil, recebido em dação de pagamento de contas de energia elétrica da Unidade Consumidora Shopping Bougainville em Goiânia-GO; e 3) Outros terrenos no valor de R\$ 1.607 mil; todos registrados ao custo de aquisição líquido de provisão para perdas quando aplicável.
- (d) Valor referente à participação e aportes para futuro aumento de capital, efetuados pela Controlada Celg GT, na Energética Fazenda Velha;
- (e) Trata-se de integralização de capital, efetuada pela Controlada Celg GT, referente à participação na Cooperativa de Crédito dos Empregados da Celg (SICOOB CREDCELG).

14.1 Investimentos em Controladas

As principais informações sobre os investimentos em Controladas são apresentadas a seguir:

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	INVESTIMENTO DA CELGPARN A			
	CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. CELG D		CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. CELG GT	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Capital Social da Controlada	390.419	390.419	321.125	321.125
Quantidade de Ações	32.780	32.780	321.125	321.125
% da Participação Societária	100%	100%	100%	100%
Patrimônio Líquido da Controlada	(1.671.997)	(1.440.188)	294.052	292.713
Investimento antes da Equivalência Patrimonial	(1.440.188)	(879.501)	292.713	292.463
Aumento em Recursos Destinados a Aumento de Capital (a)	-	100.000	8.600	-
Resultado da Provisão para Desvalorização das Participações em Controladas	(231.809)	(660.687)	-	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-	1.339	250
Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	134.450	-	-
Valor Patrimonial do Investimento	-	-	302.652	292.713
Provisão para Desvalorização das Participações em Controladas (b)	(1.671.997)	(1.574.638)	-	-

(a) Refere-se a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital efetuado na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, no valor de R\$ 8.600 mil;

(b) Ao valor patrimonial do investimento foi deduzida a provisão para Desvalorização das Participações em Controladas, apresentada em conta específica do Passivo Circulante, conforme Art.12, parágrafo 1º da Instrução CVM nº. 247, de 27 de março de 1996. O saldo desta conta (evidenciado no quadro abaixo) é composto da seguinte forma: 1) Em 31.12.2011: Provisão para Desvalorização da Participação Societária na Controlada Celg Distribuição S.A. – Celg D, no total de 1.574.638 mil; e 2) Em 31.03.2012: Provisão para Desvalorização da Participação Societária na Controlada Celg Distribuição S.A. – Celg D, no total de 1.671.997.

Investimentos em Controladas com Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto):

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA	
	31/03/2012	31/12/2011
Provisão para Desvalorização das Participações em Controladas	1.671.997	1.574.638
TOTAL	1.671.997	1.574.638

14.2 Outros Investimentos – Energética Corumbá III

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT controla de forma conjunta o Consórcio Empreendedor Corumbá III, que tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III na qualidade Produtores Independentes de Energia. A usina encontra-se em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 93,6 MW.

Empreendimento	Acionistas	Participação
Energética Corumbá III	CELG Geração e Transmissão S.A.	37,5%
	Strata Construtora e Concessionária Integradas S.A.	12,5%
	Energy Power Ltda.	12,5%
	CEB - Companhia Energética de Brasília	37,5%
TOTAL		100,0%

Notas Explicativas**NOTA 15 – IMOBILIZADO**

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				
	31/03/2012				31/12/2011
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Móveis e Utensílios	26	10,00%	(8)	18	19
TOTAL	26		(8)	18	19

Movimentação:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		
	Saldos em 31/12/2011	Depreciação	Saldos em 31/03/2012
Imobilizado em Serviço	26	-	26
(-) Depreciação	(7)	(1)	(8)
Total em Serviço	19	(1)	18
Total do Custo	19	(1)	18

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO				
	31/03/2012				31/12/2011
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Intangíveis	28.148	20,00%	(19.542)	8.606	9.542
Reservatórios, Barragens e adutoras	63.846	2,00%	(12.220)	51.626	52.013
Terrenos	10.943	0,00%	-	10.943	10.936
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	44.452	2,00%	(19.937)	24.515	25.064
Máquinas e Equipamentos	143.594	10,00%	(89.560)	54.034	54.400
Veículos	6.422	20,00%	(6.278)	144	149
Móveis e Utensílios	14.252	10,00%	(11.480)	2.772	2.928
Subtotal	311.657		(159.017)	152.640	155.032
Em curso:					
Intangíveis	1.340	-	-	1.340	1.333
Geração	9.135	-	-	9.135	8.825
Administração Central	73	-	-	73	34
Obrigações Especiais	(4)	-	-	(4)	(4)
Terrenos	5	-	-	5	5
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	10.498	-	-	10.498	10.498
Máquinas e Equipamentos	26.063	-	-	26.063	25.152
Móveis e Utensílios	10	-	-	10	10
A Ratear	1.924	-	-	1.924	1.903
Adiantamento a Fornecedores	-	-	-	-	239
Subtotal	49.044		-	49.044	47.995
TOTAL	360.701		(159.017)	201.684	203.027

Notas Explicativas

Movimentação:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO					Saldos em 31/03/2012
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	
Imobilizado em Serviço	274.799	1.266	(476)	52	(1.261)	274.380
(-) Depreciação	(115.887)	(2.555)	398	-	(1)	(118.045)
Obrigações Especiais	(3.734)	-	-	-	-	(3.734)
(-) Amortização	184	187	-	-	-	371
Total em Serviço	155.362	(1.102)	(78)	52	(1.262)	152.972
Imobilizado em Curso	47.665	3.073	(40)	(1.986)	-	48.712
Total do Custo	203.027	1.971	(118)	(1.934)	(1.262)	201.684

- a. Vinculação do Imobilizado - de acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador.
- b. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – as obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador. Essas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.
- c. Imobilizado em Curso – Referem-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de geração e distribuição.

NOTA 16 – ATIVO INTANGÍVEL

No ativo intangível estão registrados os valores relativos à parcela que será realizada até o final da concessão, o que, por sua vez, garantem a inexistência de indicadores internos e externos de perdas por *impairment*.

Abaixo é demonstrada a composição do ativo intangível, em pleno atendimento aos preceitos da ICPC 01 e OCPC 05 – Contratos de Concessão.

ATIVO INTANGÍVEL	CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011
<u>CIRCULANTE</u>		
- Ativo Intangível	653.003	658.257
TOTAL	653.003	658.257

Notas Explicativas**Movimentação:**

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO					Saldos em 31/03/2012
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	
Intangível em Serviço	490.589	5.673	(197)	5.540	(35.844)	465.761
Obrigações Especiais	(128.456)	(710)	-	-	8.646	(120.520)
Total em Serviço	362.133	4.963	(197)	5.540	(27.198)	345.241
Intangível em Curso	296.124	55.374	(3.096)	(40.640)	-	307.762
Total do Custo	658.257	60.337	(3.293)	(35.100)	(27.198)	653.003

NOTA 17 – ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (a)	112.000	112.000	112.000	112.000
TOTAL	112.000	112.000	112.000	112.000

- (a) Refere-se aos seguintes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo acionista majoritário Estado de Goiás no ano de 2011: 1) R\$ 8.725 mil, para atendimento às despesas administrativas e operacionais, e para o pagamento das obrigações com a controlada Celg GT, decorrentes do contrato de mútuo efetuado para suprir a operação da Celgpar; e 2) R\$ 100.000 mil, objeto do Protocolo de Intenções assinado pelo Estado de Goiás e Eletrobrás, com vistas ao saneamento econômico-financeiro da controlada CELG D. O saldo anterior de R\$ 3.275 mil também foi adiantado pelo acionista majoritário com vistas à manutenção da operação da Celgpar.

NOTA 18 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Serão detalhados os valores devidos por instituição financeira, moeda contratada, bem como os indexadores dos empréstimos e financiamentos e a distribuição dos valores devidos no passivo não circulante.

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos estão a seguir demonstradas:

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO					
	31/03/2012			31/12/2011		
	ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL	
EM MOEDA NACIONAL		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Eletróbrás (a)	40.383	55.105	11.989	40.383	57.248	12.681
Eletróbrás (g)	-	-	6.878	-	-	6.792
Bco Brasil-Lei 8727/96 (b)	17	1.356	2.028	20	1.544	2.193
Banco Mercantil do Brasil S/A	760	2.560	1.216	761	2.560	1.856
Banco Industrial e Comercial S/A	20.008	46.846	30.427	24.670	51.534	41.096
Banco Pine S/A	102	6.729	1.389	140	10.625	2.222
Banco Máxima S/A	41.655	24.503	46.672	40.630	22.599	53.172
Banco BMG S/A	342	16.764	11.362	437	16.764	15.558
Banco Daycoval S/A	3.111	9.701	5.032	2.968	10.616	6.945
Banco do Brasil S/A	11	3.317	-	13	4.561	-
Banco Itaú S/A	493	1.250	-	834	2.500	-
Banco Rural S/A	1.258	2.500	-	2.138	5.000	-
Lemon Bank – Banco Múltiplo S/A	5.545	1.969	4.880	5.172	2.101	5.251
Banco Sofisa S/A	48	7.394	9.859	96	7.394	11.706
Banco Tricuri S/A	16	2.340	780	19	2.340	1.366
Banco Prosper S/A	24.356	9.509	498	31.763	13.033	1.052
Banco Panamericano S/A	2.651	8.881	3.915	2.654	8.992	6.094
Banco Interacap S/A	7	909	-	12	1.590	-
BNDES (h)	-	2.768	27.993	-	2.776	28.659
CELGMED (c)	-	852	1.860	3	1.085	1.938
Eletra (d)	9.148	26.670	135.963	5.801	26.810	140.259
Outras Instituições	-	-	4.959	-	-	4.885
Total em Moeda Nacional	149.911	231.923	307.700	158.514	251.672	343.725

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO					
	31/03/2012			31/12/2011		
	ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL	
EM MOEDA ESTRANGEIRA		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Credit (e)	1	29	18	1	29	18
O.E.C.F (f)	63	14.926	52.240	886	16.411	65.644
Total em Moeda Estrangeira	64	14.955	52.258	887	16.440	65.662
TOTAL GERAL	149.975	246.878	359.958	159.401	268.112	409.387

A composição do saldo devedor em Moeda Nacional, por indexador é a seguinte:

CONSOLIDADO - 31/03/2012						
INDEXADOR	Empréstimos					
	bancários	Eletróbrás	Lei 8.727/93	Celgmed	Eletra	Total
CDI	318.992	-	-	-	-	318.992
IPCA	37.662	-	-	-	-	37.662
IGP-M	4.911	-	3.354	-	-	8.265
SEM INDEXADOR	4.959	6.760	-	-	-	11.719
UFIR	-	107.477	-	-	-	107.477
FAT	-	-	47	-	-	47
TJLP	30.761	-	-	-	-	30.761
INPC	-	-	-	2.712	171.899	174.611
Total	397.285	114.237	3.401	2.712	171.899	689.534

Notas Explicativas

O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos, desdobra-se por tipo de moeda, da seguinte forma:

MOEDA	31/03/2012			31/12/2011		
	TAXA	MOEDA/ MIL	R\$mil	TAXA	MOEDA/ MIL	R\$mil
EURO	2,430000	20	48	2,434200	19	47
Y	0,022110	3.040.643	67.229	0,024310	3.412.526	82.942
TOTAL			67.277			82.989

A variação de câmbio das moedas está a seguir demonstrada:

MOEDA	31/03/2012	31/12/2011
	%	%
EURO	(0,1700)	9,2500
Y	(9,0500)	18,5900

Os valores de pagamentos futuros, apresentados no Passivo Não Circulante, estão distribuídos da seguinte forma:

CONSOLIDADO - 31/03/2012							
Ano	Empréstimos bancários	Lei 8.727/93	Eletra	Celgmed	Empréstimos Externos	Eletrobrás/ Outras Instituições	Total
2013	82.289	1.549	25.414	930	952	8.722	119.856
2014	26.185	479	25.414	930	17.733	2.075	72.816
2015	14.563	-	25.414	-	17.101	2.075	59.153
2016	3.169	-	25.414	-	16.472	2.075	47.130
2017	2.544	-	25.414	-	-	2.075	30.033
2018	2.544	-	7.545	-	-	6.686	16.775
2019	2.544	-	730	-	-	-	3.274
2020	2.544	-	736	-	-	-	3.280
2021	2.544	-	-	-	-	-	2.544
2022	2.544	-	-	-	-	-	2.544
2023	2.553	-	-	-	-	-	2.553
Total	144.023	2.028	136.081	1.860	52.258	23.708	359.958

A descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos é a seguinte:

- a. **ELETROBRÁS** - refere-se a 4 contratos de empréstimos e financiamentos concedidos pela Eletrobrás à Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D, no período de 2000 a 2006, no intuito de viabilizar projetos de eletrificação rural.
- b. **Banco do Brasil - Lei nº. 8.727/96** - refere-se ao saldo do contrato particular de confissão de dívida com a União, efetuado pela Controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D (Resolução nº. 36/92) do Senado Federal, em que consolidou as dívidas junto à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Eletrobrás, Furnas e Finame. Esse contrato possui amortização mensal até 1º de março de 2014, sendo as parcelas dos três primeiros contratos de origem atualizadas com base na variação do IGP-M do mês anterior, acrescido de juros de 10,73% a.a. e, o último é atualizado pelo mesmo índice de correção do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) de 10,73% a.a.;

Notas Explicativas

- c. CELGMED - refere-se ao saldo do instrumento particular de consolidação e parcelamento de débito, junto ao Plano Básico de Assistência à Saúde da CELGMED, efetuado pela Controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D. O saldo está sendo amortizado em 41 parcelas mensais a partir de 30 de setembro de 2011, com atualização com base nas variações acumuladas do IPCA-IBGE;
- d. ELETRA - refere-se ao saldo de instrumento particular de consolidação e parcelamento de débito referente à dotação especial para o plano misto de aposentadorias e pensão da ELETRA e refinanciamento de saldo devedor de outros débitos da Controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D. O saldo é amortizado em 181 parcelas mensais a partir de 25 de agosto de 2005, conforme termo aditivo, atualização com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a. Refere-se também à parcela do saldo devedor junto à ELETRA dos empregados da Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, sendo o saldo atualizado com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.
- e. CREDIT - trata-se de protocolo financeiro firmado entre o Governo da República Francesa e o Governo da República Federativa do Brasil, cujo recurso foi utilizado para financiar equipamentos destinados da 4ª Etapa da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada. O financiamento será amortizado em 44 parcelas semestrais. A primeira parcela venceu em junho de 1993 e a última parcela vencerá em dezembro de 2014.
- f. OECE - refere-se ao saldo de financiamento destinado à ampliação do sistema de transmissão, subestações e distribuição, sujeito a encargos semestrais a taxas fixas de 4% a.a. e 3,25% a.a. - a depender da destinação do recurso utilizado (material ou serviço de consultoria), com carência de 7 (sete) anos, efetuado pela Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D. A amortização é feita em 37 parcelas semestrais e consecutivas tendo início em setembro de 1998 e término em setembro de 2016.
- g. Refere-se ao Contrato ECF-2805/2010 formalizado entre a Eletrobrás e a Controlada Celg GT, no valor de até R\$15.551 mil, para cobertura dos custos de ampliação da SE Palmeiras – GO. Esse saldo é atualizado a juros de 5% a.a. incidindo, ainda, taxas de administração de 2% a.a. e comissão de reserva de 1% a.a.;
- h. BNDES - trata-se do percentual de participação na operação de crédito realizada pela Controlada em Conjunto da Controlada Celg GT, Energética Corumbá III, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
- i. Os contratos de empréstimos e financiamentos bancários são garantidos por itens como:
- Alienação Fiduciária de Direitos Creditórios;
 - Aplicações Financeiras;
 - Borderô Eletrônico;
 - Notas Promissórias;
 - Garantias Pessoais (Avalista/Fiador/Fiel Depositário/Devedor Solidário).

NOTA 19 – FORNECEDORES

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012		31/12/2011	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Fornecedores de Energia Elétrica						
- Furnas (a)	-	-	110.070	9.175	118.961	20.245
- Eletrobrás (b)	-	-	-	-	-	-
- Eletrobrás - suprimento ITAIPU (c) (f)	-	-	966.015	-	954.305	-
- CDSA (d) (f)	-	-	122.491	-	119.000	-
- CHESF/CESP/Eletronorte (e)	-	-	26.559	-	28.100	-
- Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-	-	33.441	-	32.536	-
- Outros	-	-	50.055	-	37.862	-
TOTAL	-	-	1.308.631	9.175	1.290.764	20.245
Fornecedores de energia elétrica - CCEE	-	-	27.805	-	13.699	-
TOTAL	-	-	1.336.436	9.175	1.304.463	20.245
Material e Serviços	4	-	133.095	-	125.076	-
TOTAL	4	-	1.469.531	9.175	1.429.539	20.245

- (a) Refere-se ao suprimento mensal e ao instrumento particular de confissão de dívida assinado em 12 de dezembro de 2003 pela Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D, relativo a débitos de energia própria e saldo do instrumento particular de novação e confissão de dívida assinado em 8 de janeiro de 2000. A dívida foi negociada em 216 meses. O saldo da dívida é atualizado “pro rata die” da variação acumulada do IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de juros de 1% ao mês, “pro rata die”.
- (b) Refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida assinado pela Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D em 16 de dezembro de 2003, relativo a débitos de repasse de energia de Itaipu. Em 11 de novembro de 2005, o mencionado termo foi aditivado e o prazo de pagamento passou de 216 para 115 meses, sendo o saldo devedor atualizado pela variação do dólar PTAX 800, opção 5, moeda 220 para venda divulgada pelo Banco Central, do dia anterior ao do cálculo, acrescido de juros de 1% ao mês, pro rata die, contados desde o dia 31 de julho de 2003, data da consolidação do débito, conforme cláusula 2ª do citado Termo. Nos cálculos dos juros, a Controlada vem adotando a metodologia de juros simples por entender que é pactuado conforme a mencionada cláusula e amparada com o parecer jurídico dos seus assessores legais, que tem como âncora as súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal nº. 121 e nº. 596, sendo na primeira vedada a cobrança de juros compostos e na outra permitida a cobrança de juros compostos desde que expressamente pactuada em contrato, o que não se verifica no termo em referência. Visando minimizar possíveis questionamentos futuros por parte do credor quanto à aplicação da metodologia do cálculo de juros, a Administração da Controlada formalizou seu entendimento junto à Eletrobrás, estando este assunto em discussão entre as partes.
- (c) Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica firmado entre a Controlada Celg Distribuição S.A. – CELG D e a Eletrobrás/Itaipu;
- (d) Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica e dois termos de acordo firmados entre a Controlada Celg D e a CDSA. Em 29 de dezembro de 2011 foi assinado um novo termo, denominado PRGE 077/2012, onde o saldo da dívida será atualizado pela variação da taxa Selic, acrescido de juros de 2% ao ano ou fração, a partir da data da assinatura até a data do seu efetivo pagamento;
- (e) Refere-se aos contratos de suprimento de energia elétrica firmados pela Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D com a CHESF, CESP e ELETRONORTE, e ao Termo de Acordo e parcelamento assinado entre a Controlada e a CESP, cujo montante será atualizado “pro rata die” pela variação da SELIC, acrescido de juros de 1% a.a;
- (f) A quitação parcial das obrigações de suprimento de energia de Itaipu e Cachoeira Dourada – CDSA, por parte da Controlada Celg D, ocorreu mediante o ingresso de recursos advindos do pagamento parcial dos créditos da Controlada com o Estado de Goiás, supridos por parte dos recursos obtidos na operação de crédito realizada pelo Governo de Goiás junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA, da qual foi liberada em 29 de dezembro de 2011 a 1ª tranche,

Notas Explicativas

conforme previsto no Protocolo de Intenções, assinado entre o Estado de Goiás e a Eletrobrás em 15 de dezembro de 2011.

Os valores de pagamentos futuros, classificados no Passivo Não Circulante, estão distribuídos da seguinte forma:

CONSOLIDADO - 31/03/2012		
Ano	Furnas	Total
2013	9.175	9.175
Total	9.175	9.175

NOTA 20 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012		31/12/2011	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
ICMS (a)	-	-	158.754	-	80.123	-
PARCELAMENTO DE ICMS (c)	-	-	819.872	-	413.685	385.855
INSS	7	11	4.694	-	5.041	-
PIS	-	-	4.255	-	4.224	-
COFINS	-	-	16.629	-	16.489	-
IMPOSTO DE RENDA (d)	-	-	76.792	-	77.805	-
CONTRIBUICAO SOCIAL (d)	-	-	29.086	-	29.066	-
IRRF	2	1	76	-	9	-
REFIS/ PAES/PAEX (b)	-	-	5.003	30.233	5.461	31.067
ISS	-	-	10.193	-	10.820	-
OUTROS	57	-	8.353	-	10.210	-
TOTAL	66	12	1.133.707	30.233	652.933	416.922

(a) Refere-se a ICMS sobre as vendas de energia elétrica e diferencial de alíquota sobre as compras realizadas pela Controlada Celg D fora do Estado de Goiás e não recolhidos até o encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2012.

(b) REFIS/PAES/PAEX

Em fevereiro de 2000, através da Medida Provisória nº. 2.004/03 convertida na Lei nº. 9.964/2000 em 10 de abril, o governo federal instituiu o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, que em sua normatização permitiu ao contribuinte quitar os juros e multas dos tributos em atraso utilizando créditos fiscais próprios ou de terceiros (Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social). A Controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D, em 3 de março de 2000, aderiu ao referido Programa, parcelando os tributos em atraso no total de R\$217.477 mil (valor histórico). O referido valor é composto como segue:

Tributo	Principal	Multa	Juros	Total
PIS/PASEP	16.328	4.575	12.033	32.936
COFINS	91.591	21.633	57.232	170.456
CSLL	613	123	351	1.087
INSS	10.738	1.234	1.026	12.998
TOTAL	119.270	27.565	70.642	217.477

A Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D, com base no regulamento do REFIS, optou por quitar os juros e multas no montante de R\$98.207 mil (valor histórico) com créditos de terceiros. Para tanto adquiriu Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social de várias empresas estatais em processo de encerramento de suas atividades. A mencionada aquisição foi realizada aplicando-se um

Notas Explicativas

deságio de 92% sobre o montante dos créditos transferidos. Os Pedidos de Transferências dos créditos foram protocolados na Secretaria da Receita Federal - SRF sob os seguintes números:

PROCESSO	CEDENTE	TIPO DE CRÉDITO	VALOR
10120.003122/00-64	CAIXEGO	Contribuição Social	40.096
10120.003120/00-39	CAIXEGO	Prejuízo Fiscal	36.970
10120.003123/00-27	BD-GOÍÁS	Prejuízo Fiscal	4.532
10120.000794/01-98	EMATER	Base Negativa Contribuição Social	2.948
10120.000794/01-98	EMATER	Prejuízo Fiscal	6.231
10120.000795/01-32	CRISA	Base Negativa Contribuição Social	1.808
10120.000795/01-32	CRISA	Prejuízo Fiscal	3.053
10120.000793/01-43	CERNE	Base Negativa Contribuição Social	944
10120.000793/01-43	CERNE	Prejuízo Fiscal	1.625
TOTAL			<u>98.207</u>

Até a presente data foram homologados apenas os créditos cedidos pela EMATER. Em relação aos créditos cedidos pela CAIXEGO, houve a negativa da transferência por parte da Receita Federal. Diante do exposto a Controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D encaminhou recurso administrativo e não obteve êxito no processo da transferência de Prejuízo Fiscal, o que levou à contratação de advogados externos para os encaminhamentos judiciais necessários. A Controlada já obteve sentença favorável estando na fase de recurso pela União e conforme opinião dos assessores jurídicos a possibilidade da empresa em obter êxito é provável. Em relação ao processo de transferência de Contribuição Social, houve uma sentença desfavorável da 4ª Vara – Seção Judiciária do Estado de Goiás, onde a Controlada aguarda julgamento do seu recurso.

Através da Lei nº. 10.684/2003, de 30 de maio, foi editado pelo Governo Federal o REFIS II ou Parcelamento Especial - PAES, permitindo ao contribuinte inadimplente em relação aos tributos federais, mesmo com o parcelamento no REFIS, formalizar a desistência em relação a ele e aderir ao PAES inscrevendo novos débitos, o que foi feito pela empresa em 31 de julho de 2003.

Em 29 de junho de 2006, através da Medida Provisória nº. 303, o governo federal anunciou novo programa de recuperação fiscal - REFIS III ou Parcelamento Excepcional - PAEX, o qual permitia ao contribuinte que mantinha o parcelamento PAES e estava inadimplente com a União Federal desistir do parcelamento no PAES e aderir ao PAEX, sendo os débitos remanescentes do PAES, ou seja, os tributos vencidos até 28 de fevereiro de 2003 parcelados em 130 meses, os débitos com vencimentos entre 1º de março de 2003 e 31 de dezembro de 2005 parcelados em 120 meses, e os débitos vencidos após 31 de dezembro de 2005 parcelados em 60 meses. Com a opção ao PAEX a Controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D mantém atualmente três parcelamentos junto à União, os quais se encontram na fase de consolidação dos débitos por parte da Receita Federal do Brasil; a empresa aguarda esse posicionamento, tendo todas as pendências sanadas.

Com relação aos valores inseridos nos Programas REFIS/PAES/PAEX, ressalta-se que a eventual exclusão da pessoa jurídica do referido Programa do Governo Federal implica na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, recálculo da dívida e automática execução da garantia prestada. Com o ingresso no parcelamento especial - PAES/PAEX, a Controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D assumiu determinadas obrigações, conforme legislação correspondente, entre as quais se destacam:

- Autorização de acesso irrestrito, pela Secretaria da Receita Federal - SRF, às informações relativas à sua movimentação financeira;
- O acompanhamento fiscal específico, com o fornecimento periódico em meio magnético dos dados, inclusive os indicativos das receitas;
- O cumprimento regular das obrigações para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR; e

Notas Explicativas

- O pagamento regular das parcelas do débito consolidado, nos termos detalhados pela norma, bem como dos tributos e das contribuições vencidas a partir de 1º de março de 2003, em relação às quais fica excluída qualquer outra forma de pagamento.

(c) PARCELAMENTO DE ICMS

Refere-se ao Termo de Acordo de Parcelamento de Débito celebrado entre a Controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D e a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, o qual foi assinado em 29 de dezembro de 2011. O montante foi parcelado em três parcelas e será acrescido de juros de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês), e 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) de atualização monetária.

A quitação parcial das obrigações tributárias de ICMS, por parte da Controlada Celg D, ocorreu mediante o ingresso de recursos advindos do recebimento parcial dos créditos da Controlada com o Estado de Goiás, supridos pela captação de operação de crédito realizada pelo Governo de Goiás junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA.

(d) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Referem-se a valores apurados pela Controlada Celg D no trimestre findo em 31 de março de 2012, em razão da realização de receitas diferidas em períodos fiscais anteriores. Com o recebimento parcial dos créditos da Controlada com o Estado de Goiás, no total de R\$ 1.600.000 mil, gerou-se a respectiva obrigação tributária. Os recursos recebidos fazem parte das negociações previstas no Protocolo de Intenções assinado em 15 de dezembro de 2011, entre o Governo de Goiás e a Eletrobrás.

Os pagamentos futuros, classificados no Passivo Não Circulante, estão assim representados:

CONSOLIDADO - 31/03/2012		
Ano	PAEX (PIS/COFINS/INSS)	Total
2013	15.438	15.438
2014	7.719	7.719
2015	7.076	7.076
Total	30.233	30.233

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

A composição da conta obrigações estimadas é a seguinte:

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/03/2012		31/12/2011	
	2012	Apropriação	2011	Apropriação
Imposto de Renda s/ Receitas Diferidas (a)	12.627	(205)	12.832	12.832
Contribuição Social s/ Receitas Diferidas (a)	4.546	(74)	4.620	4.620
Folha de Pagamento (b)	31.539	517	31.022	31.022
TOTAL CIRCULANTE	48.712	238	48.474	48.474
IR s/ Reavaliação (a)	172.319	2.099	170.220	(183.554)
CSSL- s/ Reavaliação (a)	62.035	756	61.279	(66.079)
Total CSSL/IR	234.354	2.855	231.499	(249.633)
Folha de Pagamento (b)	1.357	-	1.295	(29.372)
TOTAL NÃO CIRCULANTE	235.711	2.855	232.794	(279.005)
TOTAL	284.423	3.093	281.268	(230.531)

- a- Refere-se às estimativas de imposto de renda e contribuição social a pagar, incidentes sobre: a) receitas com variação cambial credora e b) receitas de atualização das contas a receber do Estado de Goiás. Essas provisões são efetuadas em observância ao regime contábil de competência.
- b- Refere-se às estimativas das obrigações referentes a férias e encargos devidas aos empregados.

NOTA 22 – TAXAS REGULAMENTARES

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/03/2012		31/12/2011	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Taxa de Fiscalização – ANEEL (a) (e)	472	-	451	-
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR (b)	105.063	84.925	102.271	84.309
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC (b) (e)	87.343	341.066	88.364	339.958
Compensação Financeira p/Utiliz.Rec.Hídricos	120	-	94	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (b)	599.514	159.675	580.763	158.327
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (c)	81.201	-	80.664	-
Programa de Eficiência Energética – PEE (c)	86.067	-	82.796	-
Programa de Inc. Fontes Alternativas - Proinfa (d)	219.043	-	203.920	-
TOTAL	1.178.823	585.666	1.139.323	582.594

- (a) A Taxa de Fiscalização – Aneel foi instituída pela Lei nº. 9.247/1996 e regulamentada pelo Decreto nº. 2.240/1997. É uma receita destinada à Aneel e cobrada de todos os concessionários, permissionários ou autorizados, representada por 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do benefício econômico anual auferido;
- (b) Refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívidas celebrado entre a Controladora Celg Distribuição S.A. - CELG D e a ELETROBRÁS, o qual foi aditado em 5 de outubro de 2006. O montante foi parcelado em 115 meses, com vencimento dia 5 de cada mês, o valor da parcela é determinado pela aplicação de um percentual sobre a receita operacional líquida e o saldo devedor é atualizado com base na aplicação pro rata temporis da variação do IGPM da Fundação Getúlio Vargas, e sobre ele incidem juros de 1% a.m. pro rata die, contados a partir de 31 de agosto de 2006. Com relação ao Termo de Repactuação de Dívida assinado pela Controlada Celg D relativo a débitos de repasse de energia de Itaipu (Nota 19-b), observa-se que a Controlada vem adotando a metodologia de juros simples por entender que é pactuado conforme

Notas Explicativas

a mencionada cláusula e amparada com o parecer jurídico dos seus assessores legais, que tem como âncora as súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal nº. 121 e nº. 596, sendo na primeira vedada a cobrança de juros compostos e na outra permitida a cobrança de juros compostos desde que expressamente pactuada em contrato, o que não se verifica no termo em referência. Visando minimizar possíveis questionamentos futuros por parte do credor quanto à aplicação da metodologia do cálculo de juros, a Administração da Controlada formalizou seu entendimento junto à Eletrobrás, estando este assunto em discussão entre as partes;

- (c) Pesquisa & Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética – PEE: de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética;
- (d) Refere-se ao encargo pago por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN) que comercializam energia ao consumidor final ou que recolham tarifa de uso das redes elétricas a consumidores livres, para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos.
- (e) A quitação parcial da Taxa de Fiscalização e Cota de Consumo de Combustível – CCC ocorreu mediante o ingresso de recursos advindos do recebimento parcial dos créditos da Controlada Celg D com o Estado de Goiás, supridos pelos recursos do empréstimo do Governo junto a Caixa Econômica Federal – CAIXA, do qual foi liberada, em 29 de dezembro de 2011, a 1ª tranche prevista no Protocolo de Intenções, assinado entre o Governo de Goiás e a Eletrobrás, em 15 de dezembro de 2011.

Os valores dos pagamentos futuros das Taxas Regulamentares, apresentados no Passivo Não Circulante, estão representados da seguinte forma:

CONSOLIDADO - 31/03/2012				
Ano	RGR	CCC	CDE	Total
2013	12.848	74.393	23.416	110.657
2014	12.848	74.393	23.416	110.657
2015	12.848	74.393	23.416	110.657
2016	12.848	74.393	23.416	110.657
2017	12.848	43.494	23.416	79.758
2018	20.685	-	42.595	63.280
Total	84.925	341.066	159.675	585.666

NOTA 23 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA								
	31/03/2012					31/12/2011			
	VALOR DA PROVISÃO					VALOR DA PROVISÃO			
	No Exercício		Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício		Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	
Baixa	REF. Provisão	Baixa			Provisão				
NAO CIRCULANTE									
Cíveis									
Outros valores contingenciados	-	B.2	60	144	6	-	-	84	6
Total Cíveis	-		60	144	6	-	-	84	6
TOTAL - NAO CIRCULANTE	-		60	144	6	-	-	84	6

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO								
	31/03/2012				31/12/2011				
	VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO				
	Baixa	REF.	Provisão	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Baixa	Provisão	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais
NAO CIRCULANTE									
Trabalhistas									
Diversos	1.117	B.1	3.273	30.467	13.102	6.448	15.615	28.311	12.188
Total Trabalhistas	1.117		3.273	30.467	13.102	6.448	15.615	28.311	12.188
Cíveis									
Outros valores contingenciados	1.464	B.2	27.169	83.982	29.876	16.739	18.387	58.277	25.057
Total Cíveis	1.464		27.169	83.982	29.876	16.739	18.387	58.277	25.057
Total Trabalhistas + Cíveis	2.581		30.442	114.449	42.978	23.187	34.002	86.588	37.245
Fiscais									
Notificações Fiscais - INSS	-	B.3	-	1.747	-	853	-	1.747	-
Nulidade de Convênio do ICMS - Prefeituras	3.075	B.3	-	165.261	107	33.441	-	168.336	107
Autos de Infração-SEFAZ-GO	-	B.3	-	30.326	-	17.757	12.520	30.326	-
Autos de Infração-AGR/ANEEL	-	B.3	44.103	104.788	-	26.687	13.442	60.685	-
Outros valores contingenciados	-	B.3	-	25.499	-	8.143	28.833	25.499	-
Total Fiscais	3.075		44.103	327.621	107	86.881	54.795	286.593	107
TOTAL - NAO CIRCULANTE	5.656		74.545	442.070	43.085	110.068	88.797	373.181	37.352

- A Controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais.
- Os critérios e divulgação das Contingências Passivas consubstanciaram-se no Pronunciamento Técnico CPC 25 "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes".

a. Contingências Passivas

A Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D, ao final do trimestre findo em 31 de março de 2012, responde por aproximadamente 4.324 (quatro mil, trezentos e vinte e quatro) processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, interpostos contra a Companhia. Nesse sentido, todas as causas foram avaliadas individualmente pela área Jurídica de forma conservadora e os valores estimados de prováveis perdas foram provisionados com base em valores julgados suficientes para cobertura das contingências.

Destes 4.324 processos, 694 foram classificados como possibilidade de perda remota; 2.611 com possibilidade de perda possível e 1.019 com possibilidade de perda provável. Os processos com possibilidade de perda provável foram 100% provisionados e os processos com possibilidade de perda possível e remota não foram provisionados.

A Controlada Celg Geração e Transmissão – CELG GT responde por processo judicial de natureza trabalhista, sendo efetuada a provisão suficiente para cobrir tais perdas no montante de R\$150 mil.

b. Contingências Passivas com possibilidade de perda possível ou remota

A Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D discute em juízo outras ações para as quais considera ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

Notas Explicativas

- Autos de Infração lavrados pela SRF em julho de 2005 e maio de 2007, referentes à exclusão da COFINS da base de cálculo do ICMS, no valor de R\$210.535 mil;
- Autos de Infração lavrados pela SRF em julho de 2005 e maio de 2007, referente à exclusão do PIS/PASEP da base de cálculo do ICMS, no valor de R\$54.277 mil;
- Ação Civil Pública com pedido de liminar, visando a obtenção da declaração de nulidade das portarias 38/86 e 45/86, movida pela ASSOBRÁEE - Associação Brasileira de Consumidores de Águas e Energia Elétrica - no valor de R\$40.000 mil;
- Auto de Infração da Prefeitura Municipal de Formosa, referente ao ISSQN, no valor de R\$10.155 mil;
- Ação de cobrança com pedido antecipado de tutela, movida pelo município de Goianésia, no valor de R\$5.000 mil;
- Ação coletiva para cominação de obrigação de fazer acumulada com indenização por danos materiais individuais homogêneos com pedido de antecipação de tutela, movida pela ADIC – Associação de Defesa de Interesses Coletivos, no valor de R\$6.000 mil
- Ações de indenizações trabalhistas, no montante de R\$50.613 mil;
- Ações de indenizações cíveis, no valor de R\$200.016 mil.

Adicionalmente às questões acima, a Controlada está envolvida, seja como autora ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração e o corpo jurídico da empresa acreditam que possuem defesas adequadas para esses litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a essas questões que possam refletir negativamente na posição financeira e no resultado operacional da empresa.

c. Contingências Ativas

Inexistem contingências ativas classificadas com possibilidade de ganhos praticamente certos, inclusive no âmbito tributário.

d. Prescrição Fiscal

Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda Nacional, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contados da data do lançamento.

Notas Explicativas

NOTA 24 - CREDORES DIVERSOS

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Contribuição da Patrocinadora e Permuta -Eletra	77	77
Rentabilidade de Obras executadas p/consumidores (a)	138.304	130.785
Devolução de Contas de Energia Elétrica (b)	15.898	14.740
Outros	5.343	6.811
TOTAL	159.622	152.413

- a- Refere-se a valores a devolver a consumidores que executaram obras de seus interesses, as quais não se enquadram nos termos dos incisos I e III do art. 14 da Lei Nº. 10.438 de 28 de abril de 2002. Os referidos valores foram calculados conforme estabelecido na Resolução Normativa expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel Nº. 250, de 13 de fevereiro de 2007;
- b- Refere-se a pagamentos indevidos realizados por consumidores e as multas de indicadores de continuidade.

NOTA 25 – OUTROS CREDORES

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/03/2012		31/12/2011		31/03/2012		31/12/2011	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Secretaria de Estado da Fazenda	-	-	-	-	2.869	-	2.869	-
Convênio ICMS-Estado/Prefeituras/Celg (a)	-	-	-	-	6.850	-	51.946	-
Contribuição Iluminação Pública (b)	-	-	-	-	94.262	-	83.871	-
Recursos Destinados a Obras de Terceiros	-	-	-	-	5.094	-	4.797	-
Brasil Telecom	-	-	-	-	14.644	-	-	-
Outros - Caixa Econômica Federal (c)	3.010	5.160	-	-	20.308	14.504	12.201	9.268
TOTAL	3.010	5.160	-	-	144.027	14.504	155.684	9.268

- a- Refere-se a convênio assinado entre a Controlada Celg D, Prefeituras Municipais, Governo do Estado de Goiás e Banco Itaú para realização de encontro de contas entre a controlada e os municípios, correspondentes ao fornecimento de energia elétrica e os recursos provenientes dos depósitos pelo Estado de Goiás referente aos valores do Índice de Participação dos Municípios – IPM;
- b- Trata-se de convênios firmados entre a Controlada Celg D e as prefeituras municipais, tendo como objeto a operacionalização da cobrança em nome e por conta dos Municípios dos serviços de faturamento e arrecadação da Contribuição de Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP;
- c- Refere-se a recursos recebidos pela Controladora junto à Caixa Econômica Federal – CEF, decorrentes do contrato de prestação de serviços financeiros de centralização de créditos provenientes da folha de pagamento da Celgpar e suas subsidiárias.

Notas Explicativas**NOTA 26 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)**

COMPOSIÇÃO EM:	CONTROLADORA (PASSIVO A DESCOBERTO)		
	31/03/2012	NO TRIMESTRE	31/12/2011
Capital Realizado (a) (c)	973.764	-	973.764
Prejuízos Acumulados (b)	(2.233.260)	34.450	(2.267.710)
(+/-) Resultado do Período	(230.490)	(230.490)	-
Total do Patrimônio Líquido	(1.489.986)		(1.293.946)
Total do Patrimônio Líquido e Recursos Destinados ao Aumento de Capital	(1.489.986)	(196.040)	(1.293.946)

- (a) As 32.774 mil ações ordinárias são escriturais e sem valor nominal;
- (b) A movimentação ocorrida no trimestre decorre de resultado abrangente no período vinculada a aumento de capital na Controlada Celg D, conforme aprovação na 209ª AGE da Controlada, integralizado em 24 de janeiro de 2012 com Recursos Destinados a Aumento de Capital reconhecidos nesta Controlada – Ver Nota Explicativa 14-b;
- (c) O valor do Capital Social Realizado da Celgpar, à época de sua constituição, consta do boletim de subscrição anexo à escritura pública de constituição originária de sociedades por ações, sob a denominação da então Companhia Goiás de Participações – Goiaspar. A subscrição foi efetuada levando-se em conta a totalidade do investimento devido pelo Estado de Goiás no capital social da então Companhia Energética de Goiás, atual subsidiária integral Celg D, cujos valores nominais se vinculam à aplicação do percentual de participação direta na controlada, à época correspondente a 98,3262% sob o total do Patrimônio Líquido avaliado da Celg D, que montava em R\$ 987.296 mil, perfazendo o total do investimento inicial em R\$ 970.770 mil.
- O valor patrimonial deste investimento serviu de suporte para a escrituração contábil do capital social inicial da Celgpar no valor de R\$ 970.770 mil, correspondente ao total do Patrimônio Líquido na data de sua constituição, não evidenciando, portanto, a abertura das respectivas rubricas de reservas de reavaliação presentes no Patrimônio Líquido da Celg D. Desta forma, a realização das respectivas reservas de reavaliação da Celg D, ocorridas nos exercícios sociais seguintes e, especificamente no exercício social de 2010, onde ocorreu a sua realização parcial contra o ativo imobilizado reavaliado, provocando a diminuição do seu Patrimônio Líquido e reflexo direto no valor patrimonial do investimento, provocou o efeito direto contra prejuízos acumulados da Celgpar. Este efeito não provocou qualquer impacto nos resultados dos exercícios subseqüentes à constituição da Companhia.

Notas Explicativas

NOTA 27 – RECEITA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E SUPRIMENTO DE CURTO PRAZO, RECEITAS DE CONSTRUÇÃO, OUTRAS RECEITAS E DEDUÇÕES DA RECEITA

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/03/2011
Receita de Fornecimento de Energia (27.1)	887.569	804.782
Suprimento (27.1)	7.772	7.216
Receita de Construção (27.2)	34.786	35.072
Outras Receitas (27.3)	35.605	36.251
(-) Deduções da Receita (27.4)	(414.976)	(370.604)
TOTAL - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	550.756	512.717

27.1 A composição da receita de fornecimento de energia e suprimento de curto prazo, por classe, é a seguinte:

CLASSES	CONSOLIDADO					
	Nº DE CONSUMIDORES		MWH		R\$mil	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Residencial	2.015.994	1.923.768	896.887	838.765	388.431	346.282
Industrial	10.996	10.775	529.615	479.956	165.169	149.129
Com.Serv.Outras Ativ.	218.914	214.657	512.596	483.993	195.200	182.365
Rural	166.974	165.128	203.768	194.075	55.076	47.349
Poderes Públicos	16.415	15.933	89.193	86.968	31.468	29.944
Iluminação Pública	618	610	123.514	127.127	28.393	28.880
Serviço Público	2.063	1.973	85.485	82.405	23.078	20.833
Consumo Próprio	289	300	1.617	1.786	754	-
Total Fornecimento	2.432.263	2.333.144	2.442.675	2.295.075	887.569	804.782
Suprimento	2	2	20.381	56.575	7.772	7.216
TOTAL GERAL	2.432.265	2.333.146	2.463.056	2.351.650	895.341	811.998

27.2 A receita de construção foi reconhecida pelo mesmo montante dos custos de construção pelas controladas Celg D e Celg GT. Tais valores são de obrigatório reconhecimento pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem ao custo de construção das obras da concessão de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica, não existindo margem de lucro. Desta forma, a receita de construção é igual ao custo de construção. No encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2012 e 2011 as receitas consolidadas totalizaram R\$ 34.786 mil e R\$ 35.072 mil respectivamente.

27.3 Outras Receitas:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	R\$mil	
	31/03/2012	31/03/2011
Subvenção Baixa Renda Lei nº. 10.604/02 (a)	9.872	11.664
Serviços Taxados	9.468	9.966
Arrendamentos e Alugueis	6.037	5.717
Renda de Prestação de Serviços	1.098	370
Serviços de Operação e Manutenção (b)	6.226	5.632
Serviços de Construção (c)	34.786	35.072
Financeira da Concessão (d)	2.904	2.902
TOTAL	70.391	71.323

Notas Explicativas

(a) Nos exercícios anteriores ao de 2010, a controlada Celg D registrava a receita de subvenção da classe de consumidores de baixa renda na rubrica receita de fornecimento. A partir de 2010, a referida subvenção passou a ser registrada na rubrica de outras receitas;

(b) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão;

(c) Receita auferida pelo cálculo de juros da taxa interna de retorno do projeto sobre o saldo dos ativos financeiros recebíveis da concessão de transmissão de energia elétrica.

27.4 Deduções da Receita:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/03/2011
ICMS	246.438	223.561
PIS	15.462	14.221
COFINS	70.826	65.501
ISS	155	138
Quota para reserva global de reversão	9.273	2.122
Programa de eficiência energética	2.307	2.116
Quota de consumo de combustível	37.969	34.087
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	2.440	2.236
Conta de desenvolvimento energético	29.681	26.218
Outros encargos	425	404
TOTAL	414.976	370.604

NOTA 28 – ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

A composição da energia comprada para revenda é a seguinte:

FORNECEDOR	CONSOLIDADO			
	31/03/2012		31/03/2011	
	MWh	R\$mil	MWh	R\$mil
ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA	2.745.642	279.235	2.604.268	250.106
Programa Incentivo às Fontes de Energia Alternativas-PROINFA	63.342	13.227	51.799	10.200
Créditos - LEI 10.833	-	(22.569)	-	(24.091)
	2.808.984	269.893	2.656.067	236.215
Comercialização no âmbito CCEE	91.473	31.018	22.989	15.102
TOTAL DE ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA	2.900.457	300.911	2.679.056	251.317

A diferença entre os montantes da energia comprada (nota 28) e de energia vendida (nota 27) corresponde às perdas globais da Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D, inclusive as perdas na rede básica. As perdas na rede desta Controlada no trimestre findo em 31 de março de 2012 ficaram em 14,93%. Deste total, aproximadamente 2,10% são perdas da rede básica, 10,18% são perdas técnicas e 2,64% são perdas não técnicas.

NOTA 29 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

Notas Explicativas

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONTROLADORA			
	DESPESAS		TOTAL	
	GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Pessoal e Administradores	140	91	140	91
Entidade de Previdência Privada	-	4	-	4
Serviços de Terceiros	167	195	167	195
Depreciação e Amortização	1	1	1	1
Provisão/Reversão p/Crédito Liq. Duvidosa	60	-	60	-
Provisão para Contingência	-	11	-	11
Tributos	72	70	72	70
Outras	14	12	14	12
TOTAL	454	384	454	384

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONSOLIDADO							
	CUSTO DO SERVIÇO				DESPESAS			
	ENERGIA ELÉTRICA		OPERAÇÃO		GERAIS E ADMINISTRATIVAS		TOTAL	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Energia Elétrica Comprada para Revenda	300.911	251.317	20	370	-	-	300.931	251.687
Encargos Uso Sist. Transmissão Distribuição	43.883	39.609	-	-	-	-	43.883	39.609
Pessoal e Administradores	-	-	36.719	33.622	40.295	38.345	77.014	71.967
Entidade de Previdência Privada	-	-	1.450	48	1.274	2.526	2.724	2.574
Material	-	-	745	887	1.568	840	2.313	1.727
Serviços de Terceiros	-	-	66.412	71.420	18.636	15.331	85.048	86.751
Depreciação e Amortização	-	-	30.427	28.581	2.408	2.682	32.835	31.263
Provisão/Reversão p/Crédito Liq. Duvidosa	-	-	34.411	(7.133)	60	-	34.471	(7.133)
Provisão para Contingência	-	-	-	-	74.379	8.739	74.379	8.739
Taxa Fiscalização	-	-	1.372	1.324	-	-	1.372	1.324
Tributos	-	-	192	1.953	662	90	854	2.043
Recuperação de Despesas	-	-	(615)	(1.974)	(1.144)	(2.225)	(1.759)	(4.199)
Custos de Construção	-	-	34.786	35.072	-	-	34.786	35.072
Utilização do Bem Público	-	-	65	61	-	-	65	61
Comp. Financeira Utilização de Rec. Hídricos	-	-	170	169	-	-	170	169
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	95	87	-	-	95	87
Outras	-	-	1.860	6.122	3.508	2.571	5.368	8.693
TOTAL	344.794	290.926	208.109	170.609	141.646	68.899	694.549	530.434

NOTA 30 – SEGUROS

A Companhia e suas Controladas, em 31 de março de 2012, não possuíam apólice de seguro de seus bens e instalações.

NOTA 31 - ENCARGOS FINANCEIROS E EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Não houve transferência de encargos financeiros e efeitos inflacionários para o ativo imobilizado em curso por não existir, no trimestre findo em 31 de março de 2012, capital de terceiros vinculado a obras em andamento.

NOTA 32 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A remuneração de empregados e dirigentes da Celgpar e suas Controladas observam os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração - PCR. No trimestre findo em

Notas Explicativas

31 de março de 2012, a maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro, foram R\$22 mil e R\$2 mil, respectivamente. Aos membros de diretoria, a maior e menor remuneração corresponde a R\$28 mil e R\$24 mil, não sendo cumulativa para os diretores da Controladora.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao trimestre findo em 31 de março de 2012:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)	TOTAL
Número de Membros	9	4	3	16
Remuneração Fixa Anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore				
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos Resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por Participação em Reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da Remuneração, por órgão	-	-	-	-

n/a = não aplicável

(1) Os membros da diretoria foram remunerados pela controlada Celg Distribuição - Celg D, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao trimestre findo em 31 de março de 2012:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)
Número de Membros	9	4	3
Valor da maior remuneração individual	2	2	-
Valor da menor remuneração individual	2	2	-
Valor médio da remuneração individual	2	2	-

n/a = não aplicável

(1) Os membros da diretoria foram remunerados pela controlada Celg Distribuição - Celg D, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

NOTA 33 – RESULTADO FINANCEIRO

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2012 - 31/03/2012	01/01/2011 - 31/03/2011	01/01/2012 - 31/03/2012	01/01/2011 - 31/03/2011
Receitas				
Variações Cambiais	-	-	96.074	27.290
Variações Monetárias	-	-	2.369	8.837
Atualização do Contas a Receber-Fornecimento	-	-	301	-
Atualização do Contas a Receber-Estado de Goiás	-	-	-	35.388
Rendas	4	-	10.506	10.955
Outras	-	-	15.278	84.171
Total das Receitas	4	-	124.528	166.641
Despesas				
Variações Cambiais	-	-	62.328	3.605
Variações Monetárias	-	150	5.612	49.737
Encargos de Dívidas	-	182	89.990	109.492
Encargos s/ Empréstimos Bancários - Circulante	-	-	19.107	35.916
Encargo s/ Dívida Eletrobrás	-	-	14.491	21.984
Encargo s/ Dívida Furnas - Não Circulante	-	-	1.787	4.556
Outras	-	-	16.709	3.246
Total das Despesas	-	332	210.024	228.536
TOTAL GERAL - RESULTADO FINANCEIRO	4	(332)	(85.496)	(61.895)

NOTA 34 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do trimestre atribuível aos acionistas controladores da Companhia no trimestre findo em 31 de março de 2012 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste exercício, comparativamente com o trimestre findo em 31 de março de 2011 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA	
	31/03/2012	31/03/2011
Prejuízo Líquido do Exercício Atribuível aos Acionistas:		
Ações Ordinárias	(230.490)	(87.300)
Total	(230.490)	(87.300)
Média Ponderada das Ações Ordinárias	32.774	32.774
Total	32.774	32.774
Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária	(7,0327)	(2,66370)

NOTA 35 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Em atendimento à Deliberação CVM 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas Controladas efetuaram a avaliação de seus instrumentos financeiros, sendo eles: a) Numerário disponível (equivalente ao valor contábil); b) Contas a receber (sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e c) Empréstimos e financiamentos (medidos a valor justo e contabilizados por valores contratuais).

a. Considerações sobre os riscos

Notas Explicativas

Os negócios da Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D compreendem, principalmente, o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

a.1 Risco de taxa de câmbio:

Esse risco decorre da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra tal risco. Porém, a Controlada monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a efetiva necessidade de contratação de derivativos (swap) para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

a.2 Risco de variação cambial na compra de energia de ITAIPU:

A Controlada está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de ITAIPU.

a.3 Risco de taxa de juros:

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos vinculados a projetos específicos de infra-estrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

a.4 Risco de crédito:

O risco de crédito surge da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo em relação ao setor privado, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. Os altos valores dos órgãos públicos constituem risco. A Administração da Controlada analisa continuamente as situações em aberto, e possui parcelamento de valores devidos pela maioria das prefeituras.

a.5 Risco quanto à escassez de energia:

A energia vendida é gerada por usinas hidrelétricas não pertencentes à Controlada. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de

Notas Explicativas

acionamento. Devido ao nível atual dos reservatórios e quantidade de chuva já registrada no trimestre findo em 31 de março de 2012, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), não prevê um novo programa de racionamento.

a.6 Risco quanto ao vencimento antecipado de obrigações e recálculo de valores devidos:

Conforme descrito na nota explicativa nº 20, com relação aos valores inseridos no Programa PAEX, a eventual exclusão da Controlada desse Programa, implica na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, recálculo dos valores devidos e automática execução das garantias prestadas. A Administração da Controlada entende ser remota a possibilidade de exclusão desse Programa, pois os valores das parcelas estão sendo pagos no vencimento.

b. Valorização dos instrumentos financeiros

A Controlada mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando à melhoria de sua liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Dessa forma, a empresa possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas em relação ao praticado no mercado.

NOTA 36 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais operações realizadas com as Controladas Celg Distribuição S.A. - Celg D e Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Ativo Circulante				
Energética Corumbá III (1)	-	-	790	-
TOTAL:	-	-	790	-
Passivo Circulante				
Celg Distribuição S.A.-Celg D (2)	661	661	-	-
Energética Corumbá III (3)	-	-	4.387	4.392
TOTAL:	661	661	4.387	4.392

(1) Refere-se a Dividendos Declarados pela ECIII do exercício de 2011;

(2) Valores a receber e a pagar referentes ao processo de desverticalização da Companhia Energética de Goiás;

(3) Refere-se à participação de 37,5% nas dívidas com pessoas ligadas à Energética Corumbá III controlada em conjunto pela Controlada Celg G&T.

Notas Explicativas

NOTA 37 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Fato relevante

A Lei 12.688, de 18 de julho de 2012, objeto da conversão da Medida Provisória n.º 559, de 2 de março de 2012, autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquirir participação societária da Controlada Celg Distribuição S.A. – Celg D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto. Conforme pactuado nos Acordos de Acionistas e de Gestão, celebrados em 24 de abril de 2012, a aquisição do controle acionário da Controlada pela Eletrobras será finalizado em até 330 dias contados da data da assinatura dos acordos mencionados.

b. Acerto de Contas Estado/Controlada Celg Distribuição S.A. – CELG D e plano de reestruturação financeira

As ações indicadas no Protocolo de Intenções firmado entre o Estado de Goiás e Eletrobrás, com a intervenção da CELGPAR e Controlada Celg D convergiram para a assinatura do contrato de empréstimo entre o Estado de Goiás e a CAIXA, referente a uma operação financeira de R\$ 3,527 bilhões, dividida em três tranches, sendo a primeira ocorrida em dezembro/2011, a segunda ocorrida em maio/2012 e a terceira prevista para 2013. Estas ações também convergiram para a formalização do acordo de acionistas e acordo de gestão entre os mesmos, assinado em 24 de abril de 2012, onde a partir destes a Eletrobras indicou a maioria dos membros do Conselho Administração e Fiscal da Controlada, bem como as respectivas diretorias: Presidência, Diretoria Econômico-Financeira, Diretoria Comercial, Diretoria Administrativa e Diretoria de Operação.

c. Adimplência das Obrigações Intrassetoriais da Controlada Celg Distribuição S.A. – CELG D.

O Despacho Autorizativo N.º. 2.153, de 29 de junho de 2012, da Superintendência de Regulação Econômica da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, explicita que a Controlada Celg D encontra-se adimplente com suas obrigações intrassetoriais desde o dia 29 de junho de 2012. Desta forma, ficou autorizado pelo referido despacho a aplicação do reajuste tarifário médio de 13,05% (treze vírgula cinco por cento) a partir desta data.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Wilder Pedro de Moraes.

Membros: Simão Cirineu Dias, Nion Albermaz, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor-Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

À
DD. DIRETORIA DA
COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP
GOIÂNIA – GO

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP, essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7(a), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com base no relatório de fiscalização da Agência Goiana de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR), lavrou termo de notificação à controlada direta CELG Distribuição S.A. - CELG D em razão da não conformidade dos valores homologados anteriormente por aquele órgão regulador, em virtude da subvenção econômica (baixa renda), correspondente ao período de maio de 2002 a dezembro de 2005, no valor de R\$ 36.390 mil (valores históricos). No entanto, a AGR manifestou que reverá tal posicionamento. Essa revisão será efetuada

levando-se em consideração a anulação do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002, e a nova metodologia de cálculo requisitada pela ANEEL. A realização da subvenção econômica de Baixa Renda classificada no Ativo Não Circulante, no valor de R\$ 340.985 mil, está prevista no acordo efetuado entre o Estado de Goiás e Eletrobrás, com interveniência da CELGPARG e Controlada CELG D, de modo que os créditos desta controlada serão utilizados na contrapartida de quitação de obrigações para com o Sistema Eletrobrás. Conforme mencionado na nota explicativa nº 37, as ações indicadas no Protocolo de Intenções firmado entre o Estado de Goiás e Eletrobrás, com a interveniência da CELGPARG e Controlada Celg D convergiram para a assinatura do contrato de empréstimo entre o Estado de Goiás e a CAIXA, referente a uma operação financeira de R\$ 3,527 bilhões, dividida em três tranches, sendo a primeira ocorrida em dezembro/2011, a segunda ocorrida em maio de 2012 e a terceira prevista 2013. Estas ações também convergiram para a formalização do acordo de acionistas e acordo de gestão entre os mesmos, assinado em 24 de abril de 2012. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10(b), em 31 de março de 2012, a controlada direta CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D mantém consignados como contas a receber, no ativo não circulante, créditos com o acionista controlador indireto Governo do Estado de Goiás, no montante de R\$ 556.889 mil, correspondente a diversas dívidas consolidadas no 4º termo aditivo do encontro de contas entre as partes, celebrado em 30 de novembro de 2006, o qual foi aprovado pelo órgão regulador. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 20(b), a controlada direta CELG Distribuição S.A. – CELG D mantém registrado no passivo circulante e não circulante o montante de R\$ 35.236 mil, representado por débitos incluídos no Parcelamento Excepcional PAEX, anteriormente denominado Programa de Recuperação Fiscal Refis. A Administração da controlada direta, amparada pelos seus assessores jurídicos, reforçada pela opinião legal de consultores especializados, está questionando judicialmente a Secretaria da Receita Federal quanto à legitimidade dessa compensação. As demonstrações financeiras não incluem nenhum ajuste relativo à exigibilidade da exclusão dos créditos supracitados na consolidação da dívida no PAEX, pelo fato de a Administração da controlada direta e de seus assessores jurídicos entenderem que terão êxito provável. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 22(b), em 31 de março de 2012, a Companhia CELG de Participações - CELGPARG possui registrado no passivo circulante e não circulante o montante total de R\$ 1.377.586 mil, do qual R\$ 1.376.429 mil estão representados pela controlada direta CELG DISTRIBUIÇÃO S.A., principalmente, a diversos termos de confissão e repactuação de dívidas com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). A controlada direta, amparada pelos seus assessores jurídicos e entendimento contido em súmula específica expedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), atualiza essa dívida por meio da metodologia de juros simples. Todavia, a metodologia usual para o cálculo de atualização de empréstimos praticada por instituições financeiras é o método de juros compostos, a qual está sendo utilizada pela contraparte. Visando a minimizar possíveis questionamentos futuros por parte do credor quanto à aplicação da metodologia do cálculo de juros, a Administração da Controlada formalizou seu entendimento junto à Eletrobrás, estando este assunto em discussão entre as partes. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme a Nota Explicativa nº 23(b), que demonstra que, em julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou autos de infração contra a controlada direta CELG Distribuição S.A. - CELG D, em razão de alegar insuficiência das contribuições para o PIS e para a COFINS geradas em função da exclusão da parcela do ICMS sobre o faturamento das contas de consumo de energia, referente à realização da própria operação, correspondente ao período compreendido entre janeiro de 2000 e dezembro de 2003. Em 26 de março de 2007, foi concluída nova fiscalização da Secretaria da Receita Federal, estendendo o período de análise até setembro de 2005, o que resultou em outros autos de infração, perfazendo o total de R\$ 264.812 mil (valores históricos, já acrescidos de juros de mora e multa até a data da fiscalização). Em função da descrição dos fatos e enquadramentos legais citados nos referidos autos já ser conhecida, a Administração da controlada direta, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos internos e reforçada pela opinião legal de especialista, entende como remota a probabilidade de perda dessa demanda judicial. Em 5 de março de 2010, a controlada direta obteve sentença favorável pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), suscetível a recurso somente no Supremo Tribunal Federal (STF). Em função do posicionamento favorável dos consultores jurídicos da controlada direta e atual sentença favorável, a Administração da controlada direta optou por não consignar nenhuma provisão nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2012, para fazer face às possíveis perdas futuras, se houver. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 37 (a), a Lei 12.688, de 18 de julho de 2012, objeto da conversão da Medida Provisória nº 559, de 2 de março de 2012, autorizou a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás adquirir participação societária da Controlada Celg Distribuição S.A. – Celg D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto. Conforme pactuado nos Acordos de Acionistas e de Gestão, celebrados em 24 de abril de 2012, a aquisição do controle acionário da Controlada pela Eletrobrás será finalizado em até 330 dias contados da data da assinatura dos acordos mencionados. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 37 (b), as ações indicadas no Protocolo de Intenções firmado entre o Estado de Goiás e Eletrobrás, com a interveniência da CELGPARG e Controlada Celg D convergiram para a assinatura do contrato de empréstimo entre o Estado de Goiás e a CAIXA, referente a uma operação financeira de R\$ 3,527 bilhões, dividida em três tranches, sendo a primeira ocorrida em dezembro/2011, a segunda ocorrida em maio de 2012 e a terceira prevista para 2013. Estas ações também convergiram para a formalização do acordo de acionistas e acordo de gestão entre os mesmos, assinado em 24 de abril de 2012, onde a partir destes a Eletrobrás indicou a maioria dos membros do Conselho de Administração e Fiscal da Controlada, bem como as respectivas diretorias: Presidência, Diretoria Econômico-Financeira, Diretoria Comercial, Diretoria Administrativa e Diretoria de Operação. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº. 37 (c) o Despacho Autorizativo Nº. 2.153, de 29 de junho de 2012, da Superintendência de Regulação Econômica da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL explicitou que a Controlada Celg D encontra-se adimplente com suas obrigações intrassetoriais desde o dia 29 de junho de 2012. Desta forma, ficou autorizado pelo referido despacho a aplicação do reajuste tarifário médio de 13,05% (treze vírgula cinco por cento) a partir daquela data. Nossa conclusão não contém

modificação em função desse assunto.

As demonstrações financeiras da controladora, COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPARG, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma instituição em atividade normal, as quais pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. Desta forma, a continuidade normal da instituição, depende da capacidade de realização de seus ativos em valores suficientes para cobrir as obrigações circulantes e não circulantes. A cobertura do patrimônio líquido negativo de R\$ 1.489.986 mil, dependerá da realização de ativos em valores superiores aos registrados na contabilidade ou redução dos valores do passivo. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

As demonstrações financeiras da controlada direta CELG Distribuição S.A. – CELG D foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Entretanto, a Companhia tem sofrido contínuos prejuízos, apresentando deficiência de capital de giro, elevação da participação de capital de terceiros, além da apresentação de patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no valor de R\$ 1.671.997 mil. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

A controlada direta CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT, neste trimestre, apresentou um lucro de R\$ 1.339 mil, entretanto mantém um prejuízo acumulado de R\$ 27.073 mil. A administração da Companhia, visando o reequilíbrio econômico e financeiro, vem tomando diversas medidas, e a reversão da situação atual estará sujeita ao sucesso dessas implementações adotadas, além de outras, que deverão ser efetuadas ao longo dos próximos exercícios. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPARG, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparabilidade, foram anteriormente auditados por nós, que emitimos Relatório datado de 10 de maio de 2012, sem ressalva e com ênfases similares aos parágrafos de ênfases acima. Os valores correspondentes ao período findo em 31 de março de 2011, apresentados para fins de comparação foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram Relatório datado de 22 de agosto de 2011, com as seguintes ressalvas por limitação de escopo: a) que conforme descrito nas notas explicativas nº 18 'b' e nº 21 'b', em 31 de março de 2011, a Companhia Celg de Participações - Celgpar possuía registrado no passivo circulante e não circulante o montante total de R\$1.878.918 mil, dos quais R\$1.877.414 mil estavam representados pela controlada direta Celg Distribuição S.A., principalmente, a diversos termos de confissão e repactuação de dívidas com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). A controlada direta, amparada pelos seus assessores jurídicos e entendimento contido em súmula específica expedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), atualizara essa dívida por meio da metodologia de juros simples. Todavia, a metodologia usual para cálculo de atualização de empréstimos praticada por instituições financeiras é o método de juros compostos, a qual estava sendo utilizada pela contraparte. A confirmação direta do saldo de 31 de dezembro de 2010 encaminhada pela Eletrobrás, atualizada até 31 de março de 2011, apresentava uma divergência a maior, não conciliada, em relação aos registros contábeis da controlada direta em aproximadamente R\$ 222.728 mil. A Administração da controlada direta formalizou o seu posicionamento à Eletrobrás, permanecendo no aguardo de sua manifestação. Como consequência, não foi possível, nem por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluir naquele momento sobre a adequação do respectivo saldo e os efeitos da atualização monetária no resultado do exercício, bem como os reflexos tributários advindos dessa transação naquela data; b) de que conforme descrito na Nota Explicativa nº 4, a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída pela Companhia CELG de Participações, em 31 de março de 2011, era de R\$ 91.708, dos quais R\$ 91.453 mil estavam representados pela controlada direta CELG Distribuição S.A. Entretanto, os exames evidenciaram diversas inconsistências nos critérios de reconhecimento, nos controles internos e nas bases de mensuração aplicáveis à constituição dessa provisão. Consequentemente, não foi possível concluir quanto à adequação dos saldos representativos do "Contas a receber", em 31 de março de 2011, registrados no ativo circulante e não circulante nos valores de R\$ 718.234 mil e R\$ 279.011 mil, respectivamente, bem como os reflexos tributários advindos dessa transação naquela data, e c) de que o investimento efetuado durante o período pela controlada direta Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG G&T na Energética Corumbá III S.A., coligada localizada no Brasil, contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, estava registrado em R\$ 47.457 mil no balanço patrimonial individual de 31 de março de 2011, e o respectivo resultado positivo de equivalência patrimonial, no montante de R\$ 89 mil, fora incluído na demonstração do resultado da controlada direta CELG G&T, no trimestre findo naquela data. Não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente a respeito desses valores, bem como dos efeitos sobre os valores disseminados de forma generalizada nas demonstrações contábeis consolidadas, porque não tiveram acesso às informações contábeis, à administração e aos auditores da Energética Corumbá III S.A. Consequentemente, não foi possível determinar se são necessários quaisquer ajustes nesses valores; e ênfases similares aos assuntos mencionados nos parágrafos de ênfases acima.

Goiânia, 03 de outubro de 2012.

UHY MOREIRA – AUDITORES
CRC RS 3717 S GO
HERALDO S. S. DE BARCELLOS
Contador CRC RS 11609 S GO
CNAI Nº 43
Responsável Técnico